

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

Sabrina Lacerda de Oliveira

JUVENTUDES AMEAÇADAS:
a violência urbana e os direitos das juventudes.

Orientadora: Prof. Dra. Rosa Maria
Castilhos Fernandes

Porto Alegre
2017

AGRADECIMENTOS

Tenho comigo, como crença e fé, que na vida nada é por acaso e nada se conquista sozinho, tudo é resposta de nossas orações juntamente de nossas ações.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter permitido que eu chegasse até aqui, por sua infinita bondade em me conceder esta dádiva de estar colando grau.

Agradeço ao meu Papai, Francisco (im memoriam), que sempre se fez muito presente em minha vida, me criou, me amou, e principalmente, sempre respeitou minhas vontades dando asas aos meus sonhos. Infelizmente, me deixou, fisicamente, no início da graduação (2013), foi morar no céu, mas eu ganhei um eterno Anjo ao meu lado. Obrigada por ter me emanado forças para continuar.

Agradeço a minha mãe, Vilma, que não poderia ter sido melhor companheira para esta caminhada, sempre sendo prestativa, solícita e me amando de forma incondicional. A ela, agradeço todas as demonstrações de carinho e afeto, como por exemplo, os cafezinhos pela manhã, a receptividade a noite quando chegava das aulas.

Agradeço ao meu irmão, Matheus, que com seu “jeitinho” brando e com muita paciência sempre me ajudou quando precisei, principalmente, com as palavras certas no momento certo.

Agradeço ao meu filhote de 4 patas, o Zig, meu eterno companheiro de madrugadas, melhor dizendo, sempre me acompanhou nas longas noites de estudos, sendo elas gélidas e/ou calorosas. Obrigada Ziguinho por me mostrar tamanho companheirismo, e principalmente, por me ensinar o que é o amor. Te amo, meu filho!

Agradeço ao meu namorado (futuro noivo), por sempre acreditar no meu potencial, por sempre me incentivar a fazer o que me deixa feliz, por ser companheiro e entender a minha distância quando foi necessário devido a grande demanda de estudos. E, principalmente, por escutar minhas experiências profissionais relatadas quase que todos os dias.

Agradeço, em especial, a minha Tia Marisa por sempre acreditar em mim e ter orgulho da minha pessoa. O carinho e o amor que me são transmitidos por ela fizeram toda a diferença na minha caminhada.

Agradeço a minha prima/irmã, Fernanda, por estar comigo nos melhores e piores momentos da minha vida, pelas conversas intensas e difíceis que só ela tem o dom de me acalmar, por ser esta pessoa sensacional na minha vida, por ser o meu espelho, por vibrar junto quando está dando tudo certo e por lutar quando algo sai do “trilho”. Agradeço por estar ao meu lado.

Agradeço a minha família, em geral, por estarem encerrando mais um ciclo da minha vida ao meu lado.

Agradeço a minha amiga Geo, como costumo dizer, minha irmã da vida. Obrigada por estar na minha vida, obrigada por respeitar as vezes em que não pudemos estar juntas devido aos meus estudos, obrigada por ter orgulho em ter uma amiga “quase” Assistente Social, obrigada por respeitar minhas escolhas. Te amo!

Agradeço as minhas supervisoras de estágios, primeiramente por terem me dado a oportunidade de ingressar em suas referidas instituições, bem como, por terem tido a paciência de me transmitir o conhecimento na práxis cotidiana, por terem incentivado que eu tivesse a autonomia necessária para a execução da minha profissão.

Agradeço a minha orientadora de TCC, Professora Rosa Castilhos, primeiramente, por ter aceitado meu convite para orientar-me, e depois por ter sido esta pessoa maravilhosa, sempre respeitando os meus limites e meu tempo. Instigou-me sempre a produzir o melhor, mostrou o quanto eu sou capaz e respeitou a temática que eu escolhi trabalhar. Aqui deixo o meu sincero agradecimento por ter feito parte desse momento importante na minha vida e ainda ressalto que de todos os TCC's eu te escolheria como minha orientadora. Muito obrigada por tudo, Prof Rosa!

Agradeço aos meus Docentes que foram sensacionais nesta caminhada acadêmica, contribuindo com seus saberes e suas experiências profissionais. Foram longas noites, tardes e até sábados de muita discussão, construção e aprendizado.

E, por fim, agradeço a esta Universidade (UFRGS) que me acolheu de forma sublime e única. Ao entrar neste lugar me transformei, positivamente, expandi os meus conhecimentos de maneira que libertasse a “venda” que inibia minha visão, deixando-a turva e hoje tenho o livre arbítrio de analisar, pensar, expressar e defender o que penso sem medo de ser julgada. Sim! A UFRGS me mostrou que posso ir além dos meus limites.

Acreditei! Tombei! E, Formei!

Conhecimento sem transformação não é sabedoria. Que haja transformação, e que comece comigo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese dos tipos de violência e suas características.....	22
Quadro 2: Linha do tempo sócio–histórica das juventudes	35
Quadro 3: Avanços e retrocessos com a mudança da lei 11.129/2005.	36
Quadro 4: Eixos de discussão da 2º Conferência da Juventude	39

LISTA DE FIGURAS

Mapa 1: Região Cruzeiro da cidade de POA.....	26
Mapa 2: Região Restinga da cidade de POA.....	27

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico comparativo homicídio juvenil masculino – Região Cruzeiro... 28

Gráfico 2: Gráfico comparativo homicídio juvenil masculino – Região Restinga.. 29

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como temática principal a reflexão sobre os direitos sociais dos jovens entre 15 a 17 anos em territórios envolvidos pela violência urbana, tendo como principal foco os avanços e ameaças a estas conquistas que visam atender às necessidades sociais das juventudes. O cenário a ser considerado para esta reflexão serão os territórios Cruzeiro do Sul e Restinga/ Porto Alegre onde realizamos o estágio obrigatório em Serviço Social, em uma entidade socioassistencial que desenvolve programas e serviços do campo das políticas de Assistência Social e da Educação. Para tanto a aproximação mais concreta com os jovens destes territórios em uma experiência de estágio profissional no processo de formação em Serviço Social, mais especificamente na Associação Cristã de Moços, nos mobilizou para a construção deste trabalho de conclusão.

Palavras-chave: Direitos Sociais. Juventudes. Violência, Serviço Social.

ABSTRACT

This Graduation job in Social Service of Universidade Federal do Rio Grande do Sul has as its main theme the reflection on the social rights of young people between 15 and 17 years in the territories involved in urban violence, focusing mainly on the advances and threats to these achievements aimed at meeting the needs of youth. The scenario to be considered for this reflection will be the territories Cruzeiro do Sul and Restinga / Porto Alegre, where we conduct the probationary stage in Social Service, in a socio assistance organization that develops programs and services in the field of Social Assistance and Education policies. In order to do so, the more concrete approach with the young people of these territories in an experience of professional training in the process of formation in Social Work, more specifically in the Association of Young Men, mobilized us for the construction of this work of conclusion.

Keywords: Social Rights. Youths. Violence, Social Service.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TRAJETÓRIAS DAS JUVENTUDES: avanços e retrocessos.....	16
2.1 JUVENTUDES: contextualização sócio-histórica e conceitual	16
2.2 VIOLÊNCIA URBANA E TERRITÓRIOS EM ANÁLISE: Restinga e Cruzeiro do Sul/Porto Alegre	20
2.3 AS JUVENTUDES NA AGENDA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL	29
3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS JUVENTUDES	44
3.1 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS - ACM	46
3.2 A MEDIAÇÃO PARA A CIDADANIA JUVENIL: uma experiência no estágio profissional em SS.....	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem como temática principal a reflexão sobre os direitos sociais dos jovens entre 15 a 17 anos em territórios envolvidos pela violência urbana, tendo como principal foco os avanços e ameaças a estas conquistas que visam atender as necessidades sociais das juventudes. O cenário a ser considerado para esta reflexão serão os territórios: Cruzeiro do Sul e Restinga/ Porto Alegre onde realizamos o estágio obrigatório em Serviço Social, em uma entidade socioassistencial que desenvolve programas e serviços do campo das políticas de Assistência Social e da Educação. Para tanto a aproximação mais concreta com os jovens destes territórios nos mobilizou para a construção deste trabalho que tem como objetivo refletir sobre os direitos sociais dos jovens entre 15 a 17 anos em territórios envolvidos pela violência urbana.

A juventude de forma geral, com suas múltiplas faces e diferentes maneiras de encarar o cotidiano na periferia onde vivem, nos remete a estudar as situações de violação urbana que afetam significativa parcela desta população. Sabemos que a Política das Juventudes ainda é muito recente no Brasil, porém, o número de jovens existente é alarmante num comparativo ao desenvolvimento de políticas sociais voltadas para o atendimento dos direitos sociais desta população.

Pensando nisso, acredito que escolher esta temática não deixa de ser um desafio, pois, da mesma forma que temos um considerável número de jovens que fazem parte das estatísticas de homicídios, diariamente. A reflexão sobre os direitos sociais dos jovens se faz necessária diante o cenário atual de desmonte e violação em que se inserem uma significativa parcela da população e que neste estudo centra sua atenção nas juventudes. De acordo com o Censo IBGE (2010) um quarto da população é formada pelos jovens, ou seja, são 51,3 milhões entre 15 a 29 anos. Deste contingente populacional, chama a atenção, o percentual dos jovens que vivem nas cidades que são 84,8 % e 15,2 % no campo. (Censo IBGE, 2010).

Essa juventude brasileira, que vive majoritariamente nas cidades, é pautada por um recorte muito significativo no que se diz respeito à violência urbana, violação de direitos e, principalmente, em homicídios, entre outros aspectos. Todavia a violência urbana tem sido um dos fatores que tem afetado significativamente a vida cotidiana desses jovens como foi revelado pelo Mapa da Violência do ano de 2014(WAISELFISZ, 2014, p. 28)

De acordo com este mapa da violência (2014), existe um perfil dos jovens que vivenciam diferentes tipos de violências, com destaque para as situações de homicídio, sendo eles: homens, negro e de periferia. Este perfil consegue superar a taxa de homicídios da população não jovem, que “é de 14,9 a cada 100 mil habitantes, entre jovens de 15 a 29 anos ela chega a 42,9, durante o período 1980 a 2011”, Mapa da Violência (2014).Este cenário se torna um sinalizador gritante por uma solução, e carrega indagações em relação a esta causa, infelizmente, a sociedade está sendo instigada a tratar a causa das vulnerabilidades e não os efeitos que ela acarreta.

A violência pode ser vivenciada na sociedade atual por jovens de todos os perfis, digo, etnia, classe social, territórios, entre outras características. No entanto, é alarmante e impactante o quanto estas violações atingem diretamente e em maior proporção os jovens de classes sociais que sofrem as consequências da exploração da força de trabalho engendrada pela sociedade capitalista, o que será tratado ao longo deste trabalho.

Estas violações são oriundas de suas historicidades e dos contextos aos quais se inserem os jovens e que acabam vivenciando diferentes expressões da questão social tais como: miserabilidade, desemprego, fome, frio, situação de rua, desamparo sócio-familiar, vínculos fragilizados, envolvimento com o tráfico de drogas, entre tantas outras violações, a começar pelo abandono do próprio Estado com suas frágeis políticas públicas de garantia dos direitos da infância e juventudes. Também, é importante considerar que esses jovens em algumas situações e, principalmente, pela falta da presença e garantia de seus direitos sociais, acabam encontrando uma “oportunidade” em meio ilícito, que na grande maioria das vezes inicia-se no tráfico de drogas, que na periferia funciona como uma empresa onde busca “beneficiar” e “oportunizar” aos jovens ajudarem financeiramente suas famílias. Por mais irreal, irracional e

inacreditável que seja o tráfico na periferia é visto como a resolução de problemáticas que na verdade são causados por uma sociedade desigual, injusta, consumista, imediatista e que a minoria da população luta por uma equidade social.

Durante o meu processo de formação em Serviço Social na UFRGS, fiz meu estágio obrigatório em dois territórios de Porto Alegre diferentes, porém na mesma instituição: Cruzeiro do Sul e Restinga. Estes territórios são conhecidos pelas características de possuírem um maior número de pessoas em situação de vulnerabilidade social, econômica, cultural e, principalmente, por uma violência muito presente entre os moradores. No entanto, esses bairros citados possuem muitas semelhanças, mas paralelo a isso o perfil de população é bem diferente pois possui suas particularidades, o que foi possível observar durante o período em que por lá estive vivenciando as experiências de formação em Serviço Social. Para além de dados estatísticos e ou de estudos realizados sobre estes territórios, o que irei sistematizar ao longo deste trabalho, nos interessa trazer aqui algumas das nossas percepções que influenciaram na escolha do tema. O Cruzeiro do Sul é um bairro que possui muitos comércios, tem um número considerável de escolas públicas, pouca escola de educação infantil, poucos parques, poucas praças, e o mínimo de lugares que oferecerem uma área de lazer. Além disso, a população que ali reside, parece não possuir uma forte organização comunitária, pois é possível observar a existência da concorrência entre as famílias. A disputa por local de “ponto de tráfico” é muito grande, esta “guerra” (assim chamada por eles) é quase que diária, durante o tempo que fiquei lá presenciei muitos homicídios devido a esta rivalidade, e não diferente do que este trabalho busca apresentar, quem mais morria era o jovem, sendo ele, negro, da periferia e, conseqüentemente, em situação de pobreza ou quase miserabilidade. Portanto, estes projéteis de arma de fogo têm endereço, classe social e, infelizmente, tem cor, conforme apresentaremos nos estudos que referenciamos.

Já a comunidade da Restinga é bem diferente da Cruzeiro do Sul, por mais que eu estivesse precipitada quanto a ideia de encontrar as mesmas situações vividas neste outro local, porém, cada território possui suas histórias, suas vidas, suas especificidades. O número de comércio, escola pública e

escola de educação infantil são maiores, embora o bairro também tenha um número de habitantes mais relevante, são mais unidos e se organizam em iniciativas de associativismo, e carregam consigo um semblante de calma por mais que estejam em uma zona também de muita violência. A disputa por território de “ponto de tráfico” existe, mas não tão expressivo, os “donos de bocas de tráfico” (assim chamado pela própria comunidade) tem uma dinâmica de organização conforme o relato de muitos moradores como por exemplo: que são bem esclarecidos quanto a divisão pré-estabelecida por eles entre a Restinga Velha e a Restinga Nova.

Contudo, com todas as diferenças entre esses territórios é possível afirmar que são as expressões da questão social muito impactante, tais como: a pobreza, a miserabilidade, a fome, o frio, a insegurança dos jovens em querer sair daquela redoma e acreditar que possa mais, o isolamento como forma de defesa, a baixa autoestima, a violência intrafamiliar, a violência doméstica, o abuso sexual, a prostituição como forma de sobrevivência assim como o tráfico de drogas envolvendo muitos jovens. Reconhecer tudo o que estas pessoas passam cotidianamente não é tarefa fácil, lembrando que os seus direitos sociais são violados a todo o momento, a dificuldade em acessar algum serviço da rede é assustador levando em consideração que estamos vivenciando o século das “evoluções” e da “tecnologia avançada”. Por conseguinte, não é em vão que estas Juventudes necessitam de um olhar diferenciado, distinto da visão opressora, julgadora e punidora e sim um olhar de quem acolhe, que entenda o contexto junto a historicidade de cada caso e que, realmente, acredita na transformação social.

Diante do que sistematizamos até aqui justificamos a importância de aprofundar esta temática: a reflexão sobre o acesso e ampliação dos direitos sociais dos jovens entre 15 a 17 anos em territórios envolvidos pela violência urbana tendo como referência o Cruzeiro do Sul e a Restinga no município de Porto Alegre. Associarmos esta reflexão ao Serviço Social é uma profissão que busca problematizar com seus usuários a realidade que é enfrentada por eles, uma vez que vivemos em uma sociedade capitalista onde a exploração da força de trabalho ainda é acentuada usando como argumento pelo sistema como forma de reprodução, do capital e meios de sobrevivência desta lógica

perversa e neoliberal. A estrutura do qual vivemos ainda é escravagista, procura manter a ignorância da maior parte da população porque precisa dela para se manter e sobreviver, devido a isto os direitos sociais não é ampliado e às vezes nem se quer acessados pelostrabalhadores, por isso, não é uma questão de escolha estar inserido nas refrações da questão social e sim um sistema que tenciona para que isso aconteça de forma inconsciente e a opressão é amais vista nesta situação.

Por isso, temos o Projeto Ético Político do Serviço Social que defende a liberdade como valor central, a dimensão política posicionada a favor da equidade e justiça social, o compromisso com a competência profissional uma relação com o usuário onde busque a qualidade dos serviços prestados e a publicização dos recursos institucionais. E é por tudo isto que nos mobilizamos para aprofundar esta temática!

Para tanto, organizamos este trabalho incluindo esta introdução em 3 capítulos. No primeiro capítulo discorremos sobre a trajetória das juventudes e os avanços e retrocessos com relação aos direitos dos jovens brasileiros. Realizamos uma revisão bibliográfica para tratar sobre a dimensão sócio-histórica e conceitual sobre juventudes no Brasil, assim como, refletimos acerca das categorias *violência urbana* e *territórios* tendo como referência duas regiões da cidade de Porto Alegre, quais sejam: Restinga e Cruzeiro do Sul e sobre as agendas das políticas sociais voltadas para esta população. No terceiro trazemos o Serviço Social e a experiência de estágio obrigatório na ACM Cruzeiro do Sul e Restinga/POA. Por fim, tecemos as considerações finais que nos levam crer o quanto o papel do Assistente Social é fundamental na intervenção com a juventude brasileira.

2 TRAJETÓRIAS DAS JUVENTUDES: avanços e retrocessos

Para que pudéssemos aprofundar os estudos sobre as juventudes foi necessário reconhecer as trajetórias percorridas pelos jovens brasileiros e que mesmo com alguns avanços conquistados no Brasil ainda que tardiamente, as ameaças ao desmonte dos direitos conquistados são uma realidade o que estamos aqui chamando de retrocessos. Para esta compreensão desenvolvemos uma contextualização sócio-histórica e conceitual sobre juventudes no Brasil, assim como, refletimos acerca das categorias violência urbana e territórios tendo como referência duas regiões da cidade de Porto Alegre, quais sejam: Restinga e Cruzeiro do Sul. Também, é nesse capítulo que a partir da revisão realizada discorreremos acerca do lugar das Juventudes na Agenda das Políticas Sociais no Brasil.

2.1 JUVENTUDES: contextualização sócio-histórica e conceitual

Quando se fala em juventude todo mundo tem algo a dizer, podendo ser positivo ou negativo, mas existe um posicionamento referente a esta temática, na grande maioria das vezes a população com mais idade tem reclamações indignadas em relação à juventude. No entanto, por outro lado, acredita-se que as esperanças de um mundo melhor e com uma equidade social estão nos jovens, com todo o seu entusiasmo, nas militâncias, nas manifestações, até mesmo nos grupos do qual fazem parte.

Na revisão de literatura que realizamos sobre aspectos conceituais vimos que o tratamento teórico sobre juventude é semelhante entre os diversos autores, pois de acordo com Groppo (2000) trata-se de uma categoria social. Segundo Groppo (2000),

Tal definição faz da juventude algo mais do que uma faixa etária ou uma “classe de idade”, no sentido de limites etários restritos – 13 a 20 anos, 17 a 25 anos, 15 a 21 anos etc. Também, não faz da juventude um grupo coeso ou uma classe de fato[...]. Não existe realmente uma “classe social” formada, ao mesmo tempo, por todos os indivíduos de uma mesma faixa etária. (GROPPO,2000,p.7).

Com base em Groppo (2000) podemos constatar que ser jovem é mais do que uma faixa etária, pois se pararmos para analisar é uma construção social, ou seja, uma representação criada pelos grupos sociais para simplificar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Esta categoria, não diferente das outras, também passou por diversas metamorfoses durante o decorrer de sua história, pois, cada realidade cotidiana, incumbida da situação social, tem uma notabilidade diferente, levando em consideração as diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e de gênero. Para Santos (2016) juventude é

[...] uma noção construída socialmente, numa perspectiva sociológica, ganhando evidência nas políticas sociais no Brasil a partir da década de 2000, especialmente com a formalização da política nacional de juventude em 2005. Até então, o público jovem não aparecia como objeto e sujeito de uma política específica. Portanto, é importante entendermos o processo de inscrição da juventude ou das juventudes no cenário das políticas públicas no país. (SANTOS, 2016, p. 167).

Esta autora tem o pensamento semelhante ao do Groppo (2000), pois, também acredita que a juventude é uma construção social, no entanto, defende que esta temática passa a ter maior evidência após ser concebida a Política Nacional de Juventude, em 2005. De fato, antes dessa política ser evidenciada a juventude era vista como um objeto de controle social, posicionada na família burguesa ou como um grupo que provoca desordem e vive na ociosidade (SANTOS, 2016). Por outro lado, diferente do que se acredita, nos dias de hoje a juventude tem diversas características e é dividida em múltiplos grupos, de acordo com o que se pensa e se defende. Além disso, para Santos (2000) a faixa etária da juventude se enquadra entre 15 e 29 anos diferente do que outros autores citam.

A de se considerar, também, as diferenças sobre o trato dos conceitos jovens e juventudes, mesmo que seja considerada uma categoria social, por compilar a mesma fase de vida, é necessário levar em consideração à variedade de experiências que são fundamentais para essa designação. Um exemplo que deixa claro essa diferença é um jovem que vive num grande centro urbano com muitas oportunidades de acessar direitos sociais e outro

que nasce e vive no sertão nordestino onde suas oportunidades a serem alcançadas são muito mais limitadas.

Para Santos (2016), jovem e juventudes têm significados diferentes, apesar do uso indiferenciado em diversos contextos, tanto na história passada como recente. São expressões usadas para referências à parcela jovem da população, hoje, considerada, na legislação brasileira, entre 15 e 29 anos. A palavra jovem enuncia a posição de sujeito, inscrito em determinado grupo populacional definido por idade.

Com isso, tivemos a compostura de usar o termo “juventudes” (no plural) ao invés de “juventude” no singular, a exemplo de autores citados neste trabalho: Santos(2016), Groppo (2000) visto que não há singularidade para este termo, muito antes pelo contrário há uma vasta pluralidade. São importantes de serem considerados, tais como: classe social, a etnia, a presença ou não no mercado de trabalho, a frequência escolar, a situação de moradia (urbano ou rural), a situação familiar, até mesmo a orientação religiosa, entre outros. Estes princípios diferenciam o grupo que chamamos de Juventudes, no fim de contas, jovens, que possuam diferentes condições econômicas terão provavelmente experiências juvenis muito diferentes. Por isso, ao falar dessas experiências devemos considerar a complexidade dessas diferenças.

Sendo assim, é sabido que os jovens no Brasil têm sido afetados de todas as formas pela sociedade capitalista e,conseqüentemente, suas necessidades sociais também não têm sido atendidas, provocando a crescente violação de direitos vivenciada por esta população juvenil. Estudos indicam que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente(CENSO IBGE, 2010).

No Brasil a agenda das políticas públicas voltadas para os jovens, é muito recente, pois tem pouco mais que uma década tendo como um dos marcos aPolítica Nacional de Juventude (PNJ)implementada em 2005, conforme já citada anteriormente. De lá para cá, muitos foram os avanços como, por exemplo, “o aumento do número de jovens no ensino superior, a retirada de milhões deles das condições de miséria e pobreza e a criação de

mecanismos de participação social, a exemplo dos Conselhos e Conferências Nacionais”(BRASIL, 2016, p.28).

Levando em consideração o tempo de existência da PNJ(2005), efetivamente, podemos afirmar o quanto é uma política social que encontra-se em consolidação, pois, a de se considerar que a visibilidade da juventude no Brasil, ao longo da história, ficou restrita a jovens escolarizados de classe média, situação que condensava o significado da condição juvenil. Depois o foco desta preocupação ficou centrado na questão das crianças e adolescentes em situação de risco, que emergiu como um tema de extrema gravidade, desencadeando tanto uma onda de pânico social como uma importante mobilização em torno da defesa dos direitos destes segmentos. Ou seja,

[...] décadas de 60 e 70 a juventude era enunciada como força contestadora, especialmente da condição de estudante em ação no movimento estudantil. Na década de 80 a reconfiguração política faz emergir outros discursos com relação àquela força jovem. A rebeldia aparecerá dispersa em outras práticas, não será apenas força negativa, como ameaça a ordem social, mas olhada desde uma positividade, no sentido da integração social e do desenvolvimento do país(SANTOS, 2016, p. 23).

Para que os jovens tenham espaços nas agendas das políticas sociais e das ações governamentais é preciso que sejam reconhecidos como sujeitos de direitos que acessam os seus direitos de cidadania. Um dos discursos que emergem refere-se à questão da cidadania juvenil e de seu protagonismo na sociedade atual. Importante salientar que a cidadania não é algo dado aos indivíduos, mas conquistado historicamente, pois como refere Coutinho (1999,p. 42) é “[...] resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração.” Afinal a cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.

Considerando o exposto por Coutinho (1999)podemos perceber que a cidadania, não é algo que tem hierarquia e sim resultado de uma luta constante, travada quase sempre a partir das classes subalternas, implicando

um processo histórico de longa duração. A noção de cidadania não nasceu no mundo moderno, embora tivesse encontrado nele a sua máxima expressão, tanto teórica quanto prática.

Os jovens no Brasil têm vivenciado diferentes violações de direitos e a violência urbana na qual estão envolvidos têm se destacado, pois encontramos na revisão realizada sobre a temática, estudos que caracterizam o perfil social, demográfico e socioeconômico destas vítimas. No mesmo intervalo, Pelegrino (2015) relata que os homicídios foram responsáveis por 28,5% das mortes de jovens no País, mas foi causa apenas de 2% dos óbitos da população não jovem. Foram mortos, no mesmo período, 20.852 jovens negros, um número três vezes maior que o número de homicídios de jovens brancos.

Peres, Cardia e Santos (2006) trazem que ao contrário do que se poderia pensar, não há vítimas aleatórias ou ocasionais. Embora, no estágio da evolução do crime e da violência, no Brasil, as vítimas possam ser encontradas em todos os grupos sociais, é em determinados grupos que as taxas são proporcionalmente mais elevadas e acentuadas. Para Peres, Cardia e Santos (2006), tratam-se de grupos mais vulneráveis, mais expostos à violência, inclusive, não-fatal, e mais associados aos comportamentos de risco. Compreendem adolescentes e jovens adultos na faixa de 15 a 29 anos, do sexo masculino, proporcionalmente, mais representados entre negros e aqueles habitantes dos bairros que compõem a chamada periferia das regiões metropolitanas, como por exemplo, as regiões que passamos a analisar neste estudo: Restinga e Cruzeiro do Sul.

2.2 VIOLÊNCIA URBANA E TERRITÓRIOS EM ANÁLISE: Restinga e Cruzeiro do Sul/Porto Alegre

De acordo com Portal da Educação¹, o termo violência urbana deriva do latim *violentia*, ou seja, força ou vigor contra qualquer coisa ou ente. Dessa forma, violência é o uso da força que resulta ferimentos, tortura ou morte, ou

¹ PORTAL EDUCAÇÃO. Conceito de violência. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/24924/conceito-de-violencia>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

uso de palavras ou ações que machucam as pessoas ou, ainda, abuso de poder.

A violência é característica do animal humano, faz parte dele, provém do instinto. Porém, após o longo processo de civilização do ser humano, conseguimos atenuar o nível de violência do homem, classificando-o como civilizado. Podemos observar na síntese sistematizada no quadro 1 os tipos de violência e suas características.

Quadro 1: síntese dos tipos de violência e suas características

Tipos	Característica
Violência Física	Ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa.
Violência Institucional	Tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.), predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.
Violência Intrafamiliar	Acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima. As agressões domésticas incluem: abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono.
Violência Moral	Ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher.
Violência Patrimonial	Ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.
Violência Psicológica	Ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.
Violência Sexual	Ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros.

Fonte: Síntese da autora com base no site do Conselho Nacional de Justiça CNJ, 2017.

A violência urbana é um tema que está presente no cotidiano na nossa sociedade, porém, nas interfaces dos problemas sociais e econômicos que enfrentamos cotidianamente. Traz consigo a fraca presença da intervenção do Estado, conseqüentemente a carência de seguridade social de seus indivíduos. Lembrando que este conjunto de medidas proporcionadas para a sociedade aos seus membros, ou seja, a seguridade social, de forma geral, tem como propósito a finalidade de minimizar o desequilíbrio econômico e social, no entanto se não fossem esclarecidos, trariam conseqüências como: perda de renda, bem como, doenças, acidentes, maternidade, desempregos, entre outros.

A violência, considerada como um fenômeno social, é analisada como um filtro que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais. (AQUILLO; GULLO, 1998, p. 105)

Entretanto, a violência urbana é relacionada a múltiplas causas não podemos reduzir a uma única questão, pois, quando falamos em tráfico de drogas e crimes organizados, por exemplo, estamos mencionando entidades que querem ocupar o lugar do Estado em comandar a vida da população, ou seja, uma relação de poder. Outra questão é a violência que surge no trânsito, e a violência das relações interpessoais, é imprescindível que a educação, a formação humana, a capacitação de lideranças, a capacitação de jovens e o empoderamento da comunidade têm um impacto extraordinário para a emancipação das comunidades.

É sabido que ao relacionarmos uma cidade perigosa, estamos nos referindo a um atrativo que foi criado pelo sistema capitalista que trata a pessoa enquanto objeto, ao invés de tratar como um Ser. Com isso gera todo esse sentimento de medo, de insegurança generalizada que existe e isto é próprio de uma sociedade com alto grau de criminalidade. Seria hipocrisia dizermos que almejamos a ausência de guerra até porque este tem o seu conceito muito abstrato, ou seja, a paz. Mas o que queremos alcançar é a relação de valores e cidadania.

Conforme alguns autores, geralmente, formas de violência tem o seu início na relação familiar, senão dermos atenção ao que se passa no interior dos lares não podemos agir de forma efetiva nas criminalidades de rua. Isto é, a participação dos pais, o reconhecimento dos novos modelos de família, das novas formas de aglutinação de pessoas é fundamental para esta discussão de uma possibilidade de cultura onde as pessoas se respeitem.

Em consequência disso, esta temática acarreta outras sequelas nos cidadãos, uma delas é a questão da Saúde Pública, que por vezes desconsideramos que venha a ser um resultado da violência urbana vivida permeada fortemente em nossa sociedade. Para Minayo (2016), a violência não é um problema específico da área da saúde. No entanto, ela afeta a saúde. De fato, as chances de uma pessoa se submeter a um processo que tenha risco de vida são muito maiores quando a violência se faz presente, pois, o processo vital humano ameaça a vida, altera a saúde, origina enfermidades e, ainda, pode resultar na morte como efeito da realidade a qual o ser humano se expôs durante o período de sua vida em que sofreu a tensão de viver em um meio onde a opressão é extrema. Portanto, fica claro que a Saúde Pública perpassa os atravessamentos da Violência Urbana, uma vez que, as reflexões sociais atribuído a este contexto social e econômico designam maiores utilidades e responsabilidade da Saúde Pública.

Nos estudos de Silva (2003) a autora destaca que a violência, no caso brasileiro, sempre esteve enraizada, institucionalizada e positivamente valorizada na solução de diferenças e conflitos entre gêneros, classes sociais, etnias, diferenças envolvendo propriedade, riqueza, prestígios e privilégios. Em outras palavras, a violência sempre fez parte da composição do tecido social brasileiro, envolvendo cidadãos e instituições – escolas, família, trabalho, polícia, prisões, etc. – em uma ampla rede fortemente imbricada entre si.

Já ao falarmos em território estamos refletindo sobre diversas questões, não somente em termo de espaço físico e sim sobre identificação, perfil, características de população, para a autora Carlos (2007),

[...] o lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele

do local. As relações que do indivíduo mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no ocidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17)

Considerando o que Carlos (2007) busca esclarecer é exatamente o que refletimos e defendemos, território vai além de uma demarcação de espaço físico, de uma rua, um bairro ou até mesmo de uma cidade, é uma apropriação de espaço, de reconhecimento enquanto pertencente a este determinado “local” é uma aceitação ou negação. Além disso, Carlos (2007) ainda ressalta que,

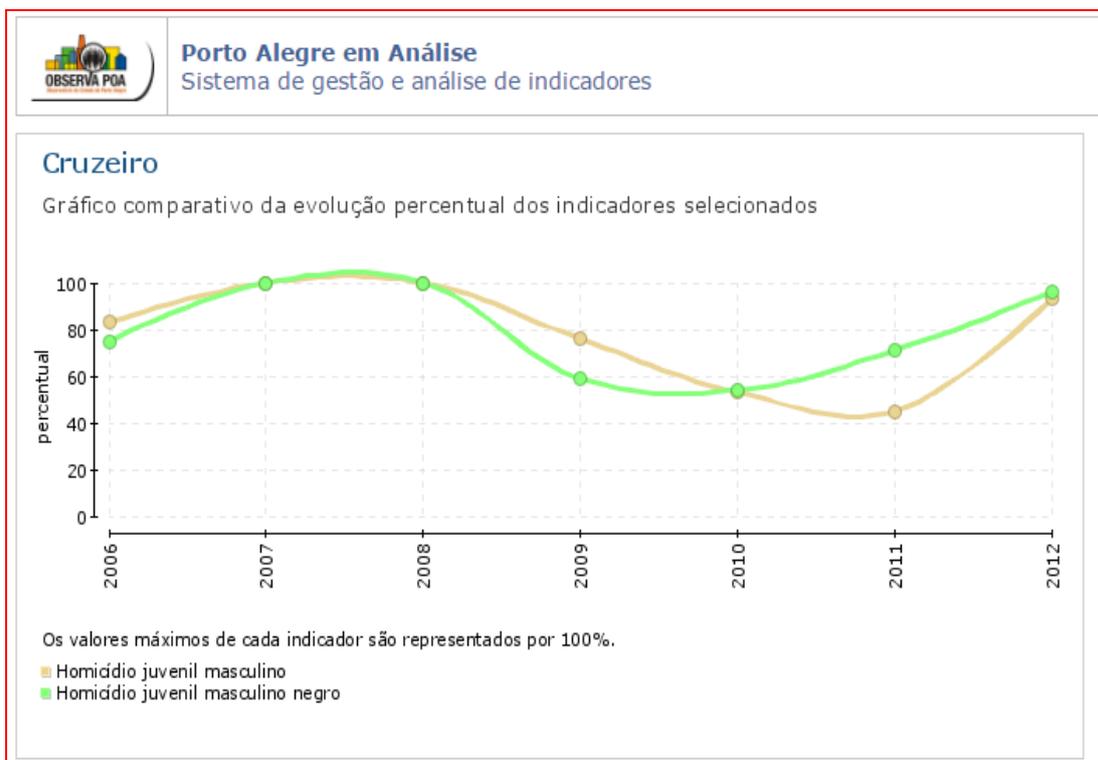
[...] por outro lado a metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas – as relações de vizinhança o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. (CARLOS, 2007, p. 18)

Dado este esclarecimento sobre território, vamos de encontro ao que se viveu nos lugares onde o estágio curricular em Serviço Social foi explanado, ou seja, neste trabalho a interlocução da violência urbana ocorre com os territórios onde tivemos uma aproximação com os jovens e com as experiências formativas em serviço Social, por isto trazemos reflexões respeito da Cruzeiro e Restinga.

A Região Cruzeiro é composta pelos bairros: Medianeira e Santa Tereza. A Região tem 65.408 habitantes, representando 4,64% da população do município, com área de 6,82 km², representa 1,43% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 9.590,62 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 4,13% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,83 salários mínimos. População 65.408 habitantes (2010). Domicílios 20.815 domicílios (2010). (BRASIL, IBGE, 2010)

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE(2010) podemos verificar que a população da região Cruzeiro

Gráfico 1: Gráfico comparativo homicídio juvenil masculino – Região Cruzeiro

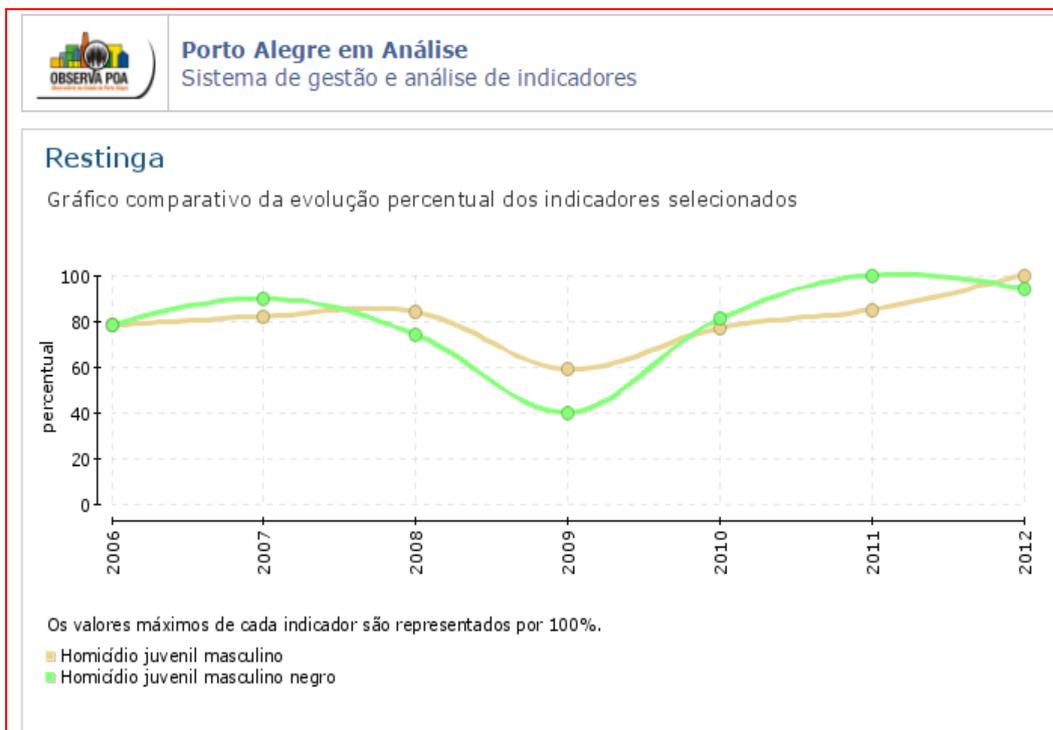


Fonte: Observa Poa – Observatório da cidade de Porto Alegre

Como podemos observar no gráfico 1 elaborado no site do Observa Poa, o comparativo do indicador referente ao percentual de homicídios juvenil masculino e juvenil masculino negro é alarmante no bairro Cruzeiro. Até meados do ano 2008 a diferença era pouca, no páreo, ambas as etnias estavam próximas, no entanto, do decorrer do ano de 2009, essa diferença passa a ser considerável, o homicídio juvenil masculino negro se mantém em declínio até 2010, a partir daí só tendeu a aumentar, acelerou de forma notável até o ano de 2012.

O gráfico 2 mostra um comparativo de homicídio juvenil masculino na região da Restinga – Porto Alegre. O mesmo busca mostrar o número de homicídio juvenil masculino entre pessoas brancas e pessoas negras (autores), dentre os anos de 2006 a 2012.

Gráfico 2: Gráfico comparativo homicídio juvenil masculino – Região Restinga



Fonte: Observa Poa – Observatório da cidade de Porto Alegre

Como podemos observar no gráfico 2 do site do Observa Poa, o comparativo do indicador referente ao percentual de homicídios juvenil masculino e juvenil masculino negro é alarmante no bairro Restinga. Até meados do ano 2008 a diferença era pouca, porém, em 2007 o homicídio juvenil masculino negro esteve minimamente a frente do branco, mas no páreo, ambas as etnias estavam próximas, no entanto, entre 2008 e 2010, essa diferença passa a ser considerável, pois, o homicídio juvenil masculino negro fica menor que o branco, a partir daí o quadro se inverte e com isso passa a aumentar, acelerou de forma notável até o ano de 2012. Isto não poderia ser diferente, pois nas revisões que realizamos para este trabalho de acordo com Pelegrino (2015), são jovens brasileiros – em sua maioria homens e negros, moradores das periferias de áreas metropolitanas – os mais atingidos pela violência no País.

2.3 AS JUVENTUDES NA AGENDA DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 no Brasil foi resultado de muitas lutas sociais que ocorreram no processo de redemocratização vivenciado que colocaram os direitos sociais como dever do Estado e são materializados por meio de um conjunto de políticas públicas. Dentre essas destacamos aquelas voltadas para o atendimento dos direitos das crianças e das juventudes como o ECA e o recente Estatuto das Juventudes -EJ, lei 12.852/2013, e que passa atribuir absoluta prioridade a este segmento da população, tendo como princípios:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações. (BRASIL, 2013)².

Cabe destacar que quando tratamos sobre os direitos sociais, é fundamental fazer referência a Constituição Federal (1988), que cita no Art 6º: *São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.* Desta forma, podemos entender que a existência dos Direitos

² _____. **Lei n. 12852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Sociais se faz presente na sociedade devido ao modo de reprodução, ou seja, de acordo com Montenegro e Melo (2014,p.18)

[...] a reprodução do capital possui particularidades. No modo de produção capitalista, a reprodução ampliada do capital, constitui a forma típica de reprodução. Na reprodução ampliada do capital uma parte significativa da mais-valia extraída dos trabalhadores precisa ser reinvestida na produção, ou seja, capitalizada, reconvertida em capital mediante reinvestimentos em meios de produção e força de trabalho. Nesse sentido, a reprodução ampliada é o consumo produtivo da mais-valia.

Entretanto, “[...]a aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital chama-se acumulação de capital” (MARX, 1985, p. 163). Ou seja, dessa forma explica-se o modo de reprodução capitalista afetando diretamente a classe trabalhadora, pois o que se assiste nesta sociedade capitalista é que cada vez as mazelas e desigualdades sociais são indissociáveis do capital. É neste cenário que os direitos sociais surgem, de acordo com Couto (2004), “[...] os direitos sociais são fundamentados pela ideia de igualdade, uma vez que decorrem do reconhecimento das desigualdades sociais gestadas na sociedade capitalista”. Além disso, para Estevam e Magri (2005) citam que na visão de Bobbio (1992), “[...] poderes, pois são entendidos como direitos de créditos do indivíduo em relação à coletividade. Expressam-se pelo direito à educação, à saúde, ao trabalho, à assistência e a previdência” (BOBBIO, 1992, p. 21).

Quanto a concretização dos direitos sociais, Couto (2004), afirma que

[...] depende da intervenção do Estado, estando atreladas as condições econômicas e à base fiscal estatal para ser garantidos. Sua materialidade dá-se por meio de políticas sociais públicas, executadas na órbita do Estado. Essa vinculação de dependência das condições econômicas tem sido a principal causa dos problemas da viabilização dos direitos sociais, que, não raro, são entendidos apenas como produto de um processo político, sem expressão no terreno da materialidade das políticas sociais. (COUTO, 2004,p.48)

Entretanto, tratar sobre juventudes sem mencionar o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA é praticamente impossível, lembrando que é uma lei cuja sua efetivação antecede o Estatuto da Juventude que vamos abordar nesta parte do trabalho. O ECA foi aprovado no Brasil em 1990 e reflete aluta da

sociedade civil pelos direitos da criança e do adolescente, pois é o primeiro instrumento jurídico que entende a criança e o jovem como sujeitos de Direitos. Compreende-se criança toda pessoa de 0 a 12 anos e adolescente dos 12 aos 18 anos, podendo estender até os 21 em casos específicos previstos em lei. A essência da lei prevê importantes direitos básicos e há uma importante sinergia entre os diferentes capítulos do código reforçando noções que a criança é sujeito de direitos, a garantia da dignidade, de sua integridade física e psíquica, da garantia do direito à escolarização e um ambiente familiar acolhedor, mesmo sendo ameaçado por projetos conservadores apresentados no legislativo.

Os direitos básicos da criança são positivados e atribuídos como responsabilidade não só familiar, mas tanto do poder público, quanto da sociedade como um todo, conforme seu Art 4.

Art 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ao fazermos referência aos direitos sociais não podemos deixar de citar a importância do Serviço Social, como profissão, que trabalha no âmbito das políticas sociais na garantia da efetivação destes direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA foi um marco na legislação de proteção para as crianças e adolescentes.

Todavia, o profissional, Assistente Social, comprometido com o projeto ético político da categoria³, cujos referenciais caminham para o aprofundamento da defesa de direitos, não pode considerar o ECA como apenas um documento, mas deve perceber nele um instrumento estratégico para a garantia de direitos das crianças e dos adolescentes, instrumento este que fornece subsídios para promover direitos ou atuar na presença da sua violação. Esteja esta criança ou adolescente em um estabelecimento de saúde, um equipamento da assistência social, em uma escola, em uma casa-lar, ou

³CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do assistente social:** Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: rev. e atual., 1993.

cumprindo medida sócio-educativa, entre outras situações. Todos são cidadãos de direitos e devem ser tratados como tal.

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimem socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2001, p. 4)

Enquanto profissionais que tem um projeto ético-político hegemônico pautado em uma nova ordem societária, sem exploração do trabalho, sem desigualdade social, os assistentes sociais têm como objeto de seu trabalho as expressões da questão social. A desigualdade produzida pelo capitalismo, a exploração da classe trabalhadora também atinge as crianças e os adolescentes. Nesse sentido a defesa dos pressupostos trazidos pelo ECA é essencial para atuar sobre as vulnerabilidades que afetam esses usuários, que já possuem uma certa fragilidade, dependendo do cuidado dos adultos.

O ECA acaba perpassando transversalmente todas as políticas e espaços sócio-ocupacionais do assistente social, onde houver uma criança ou adolescente é ele a referência para a promoção de direitos, para a garantia de proteção integral, entendendo a criança e o adolescente como pessoas em desenvolvimento que necessitam de atenção especial. A luta do assistente social é cotidiana, no “miudinho do trabalho”, mas também sé a luta em prol de um projeto de sociedade que seja livre de opressão, violência e desigualdade social. Nesse sentido defender os pressupostos do ECA é lutar pela garantia de direitos, em um processo contra hegemônico, considerando a conjuntura atual de retrocessos como a redução da maioria penal.

Além de defender os pressupostos do ECA é essencial apropriar-se desse documento, e do papel exercido pelos equipamentos que o viabilizam, como os conselhos tutelares, o Juizado da Infância e Juventude, o Ministério Público. Ter claro qual o papel de cada equipamento é necessário para a execução do trabalho do assistente social com crianças e adolescentes, especialmente quando vítimas de violência, ou em cumprimento de medida

sócio educativa, saber realizar corretamente os encaminhamentos legais que devem ser feitos é atuar para promover a proteção dessas crianças.

Ao trabalhar em qualquer espaço sócio-ocupacional que envolva criança e adolescentes, o profissional de Serviço Social deve entender que o ECA funciona pressupondo a integridade do cuidado, assim sua lógica é intersetorial, devendo haver uma troca constante entre políticas públicas no sentido de promover a integralidade e a garantia de direitos. A tentativa de estabelecer um trabalho em rede sempre é válida e necessária.

Defender e utilizar o ECA é atuar na defesa de Políticas Públicas voltadas a proteção integral das crianças e adolescentes, procurando viabilizar a garantia de direitos, muitas vezes, básicos, como acesso a alimentação, saneamento básico, habitação. Por isso o trabalho em rede é necessário, quantas políticas diferentes precisaram acionar na tentativa de garantir esses direitos? Sem falar em trabalho infantil, tratamento cruel em instituições, crianças que passam pela infância sem saber o que é brincar, sem saber que tem esses direito.

Tudo isso é o trabalho do assistente social com o ECA, no macro e no micro de cada dia, lutando por uma sociedade onde as crianças e adolescentes tenham seus direitos respeitados e garantidos e sejam efetivamente reconhecidos como sujeitos e pessoas em formação. Onde possam ser chamados de crianças e não de menores.

Por isso, viver numa sociedade capitalista onde a desigualdade social se faz presente, onde não existe uma equidade social e onde o modo de reprodução é de exploração e, ainda, existe trabalho infantil, neste seguimento o ECA é o embasamento que se tem para contribuir para a garantia do acesso aos direitos desses usuários.

Considerando que a trajetória dos jovens foi árdua e muito resistente até se instituir como Política Social, o quadro 2 apresenta uma linha do tempo enfatizando esta caminhada:

Quadro 2 – Linha do tempo sócio –histórica das Juventudes

No século XVIII	Juventude aparecerá como objeto de controle social.
Meados do século XX	Objeto de atenção do Estado, como problema social, na condição de rebeldia, ou como promessa de futuro para o desenvolvimento do país, uma força a ser investida e potencializada.
Em 1985	Ano Internacional da Juventude.
Em 1990	Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente , ECA.
Em 2005	Criação da Secretaria Nacional de juventude do Conselho nacional de Juventude e do ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), com a Lei 11.129 de junho de 2005.
Em 2008 e 2011	Conferência Nacional da Juventude
Em 2010	Emenda constitucional 65 de 13 de julho de 2010 para cuidar dos interesses da juventude, insere a parcela jovem junto aos segmentos família, criança, adolescente e idoso.
Em 2012	Lei de Cotas
Em 2013	Sancionada a Lei que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens.
Em 2013	Criado o Comitê Interministerial da Política Nacional de Juventude (Coijuv), através do decreto 8.074, 14 de agosto de 2013, coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude. (Revogado pelo Decreto 9.025, 05 de abril de 2017).

Fonte: Elaborado pela autora com base nas leituras realizadas no decorrer deste trabalho.

Para dar prosseguimento nesta reflexão, destacamos algumas políticas desta trajetória, quais sejam: Secretaria Nacional de Juventude do Conselho Nacional de Juventude e do ProJovem (com a Lei 11.129 de junho de 2005), Conferência Nacional da Juventude, Emenda constitucional 65 de 13 de julho de 2010 para cuidar dos interesses da juventude, Lei de Cotas e a Lei que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens.

Começamos pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem (2005), que contribuiu para acriação do Conselho Nacional da Juventude – CNJ e da Secretaria Nacional de Juventude, também em 2005. Porém, no ano de 2008 o ProJovem sofreu algumas importantes alterações principalmente do artigo primeiro ao artigo oitavo. Mediante essas mudanças podemos dizer que houveram avanços e retrocessos destinados ao público jovem, o que se torna difícil tarefa de se sintetizar aqui, mas que procuramos destacar alguns exemplos extraídos da legislação (Anexo 1) do referido Programa, o que demonstramos no Quadro 3.

Quadro 3 – Avanços e Retrocessos com a mudança da Lei 11.129/2005.

AVANÇOS	RETROCESSOS
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Alteração idade para ser considerado jovem; de xxax para ✓ Criação das modalidades referente aos jovens que estão sendo atendidos pela Lei, sendo elas: ProJovem Urbano, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador ✓ Cada modalidade terá o seu Comitê Gestor 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fim dos convênios, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere ✓ União fica autorizada a transferir recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, mediante depósito em conta-corrente específica.

Fonte: elaborado pela autora com base na Lei 11.129, 2005.

Levando em consideração as alterações, é perceptível que foi modificado a ideia relacionada a faixa etária para ser considerável jovem, também, podemos perceber a criação das modalidades que terá a oportunidade de averiguar a demanda de cada uma delas. Além disso, na lei atual está presente a intersetorialidade, ou seja, tanto a execução quanto a gestão se dará por meios de várias secretarias e ministérios diferentes, com isso, a interlocução que não existia antes passa a ser algo plausível. Sobre intersetorialidade é importante destacar que esta

[...] pressupõe o reconhecimento das especificidades de cada setor e a necessidade de criação de espaços de comunicação, de diálogo e de negociação de respostas partilhadas, construídas a partir do saber

e das experiências que trazem os distintos setores. (BREVILHERI E PASTOR, 2016, p. 157).

Tal compreensão reafirma o quanto o trabalho na perspectiva intersetorial é necessário com as juventudes. Outro aspecto refere-se a forma de depósito, de fundos públicos, para a execução deste programa que também foi alterado, isto é, na lei antiga a instituição necessitava ter um convênio com o governo para receber o devido valor, já na lei atual, este convênio se faz desnecessário e o argumento é que facilita a prestação de contas, pois, o valor é depositado conforme o número de jovens que são atendidos. A de se considerar, da mesma forma, que os auxílios financeiros que eram pagos para os jovens, permanecem, porém, atualmente, a soma do valor é feita conforme a modalidade que se encaixam e antigamente era de forma padrão para todos, uma vez que, não tinham sido criadas as modalidades. Essas foram às principais alterações desta lei.

Do mesmo modo, a partir dos levantamentos bibliográficos realizados concluiu-se que houve duas grandes e importantes Conferências da Juventude no Brasil (CONJUVE), em 2008 e em 2011. De acordo com o CONJUVE (2008), o tema geral da 1ª Conferência Nacional de Juventude foi: “Levante sua bandeira” onde teve 22 prioridades de propostas, sendo elas:

1. Jovens negros e negras;
2. Educação básica: elevação da escolaridade;
3. Fortalecimento institucional;
4. Meio ambiente;
5. Esportes;
6. Juventude do campo (Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do governo federal);
7. Trabalho;
8. Educação superior;
9. Cultura (Criação, em todos os municípios, de espaços culturais públicos, descentralizados, com gestão compartilhada e

- financiamento direto do Estado, que atendam às especificidades dos jovens e que tenham programação permanente e de qualidade);
10. Política e Participação (Criar o Sistema Nacional de Juventude, composto por órgãos de juventude (secretarias/coordenadorias e outros) nas três esferas do governo);
 11. Jovens Mulheres;
 12. Segurança (Contra a redução da maioridade penal, pela aplicação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA);
 13. Política e Participação (Garantir uma ampla reforma política que, além do financiamento público de campanha, assegure a participação massiva da juventude nos partidos político);
 14. Outros temas (fim da obrigatoriedade do serviço militar e criação de programas alternativos de serviços sociais não- obrigatórios);
 15. Fortalecimento institucional;
 16. Povos e comunidades tradicionais;
 17. Cultura (Estabelecimento de políticas públicas culturais permanentes direcionadas à juventude, tendo ética, estética e economia como pilares, em gestão compartilhada com a sociedade civil, a exemplo dos Pontos de Cultura);
 18. Cidadania GLBT;
 19. Jovens com deficiência;
 20. Juventude do campo (Garantia de políticas públicas integradas que promovam a geração de trabalho e renda para o jovem e a jovem do campo);
 21. Segurança (Assegurar, no âmbito das Políticas Públicas de Segurança, prioridade às ações de prevenção, promoção da cidadania e controle social, reforçando a prática do policiamento comunitário);
 22. Cultura (Estabelecimento de cotas de exibição e programação de 50% para a produção cultural brasileira, sendo 15% produção independente e 20% produção regional, em todos os meios de comunicação (TV aberta e paga, rádios e cinemas).

Também, segundo a CONJUVE (2011), a 2ª Conferência teve como tema principal “Juventude, desenvolvimento e efetivação de direitos”, e trouxe com ela cinco eixos de discussão de acordo com o quadro 4, assim sendo:

Quadro 4: Eixos de discussão da 2ª Conferência da Juventude.

<p>EIXO 1. Direito ao desenvolvimento integral, inclusão e autonomia: educação, trabalho decente, cultura, comunicação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Juventude e Educação 2. Juventude e Trabalho Decente 3. Juventude e Cultura 4. Juventude e Comunicação
<p>EIXO 2. Direito ao Território: cidade, campo, transporte, meio ambiente e comunidades tradicionais</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Juventude e a cidade 2. Juventude e o Campo 3. Juventude e o Transporte Público 4. Juventude e o Meio-ambiente 5. Juventude e os povos tradicionais
<p>EIXO 3. Direito à qualidade de vida: saúde, esporte, lazer e tempo livre</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Juventude e Saúde 2. Juventude, Esporte e Lazer 3. Juventude e Tempo livre
<p>EIXO 4. Direito à vida segura: segurança, valorização e respeito à diversidade e direitos humanos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Juventude e Segurança 2. Juventude respeito à Diversidade e Direitos Humanos
<p>EIXO 5: Direito à participação e ao poder: participação juvenil, políticas públicas de juventude como política de Estado, orçamento.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Juventude e Participação Juvenil 2. Políticas Públicas de Juventude como Política de Estado 3. Juventude e Orçamento

Fonte: Elaborado pela autora, de acordo com CONJUVE (2011).

Ambas as Conferências tiveram uma considerável relevância para as Juventudes, levando em consideração que eram vista pela sociedade somente como “rebeldia” e ao trazer temas de grande enfoque e embate político, ganham credibilidade com a sociedade, que por sua vez, fortalece a luta cotidiana desta população, o que certamente é algo em constante disputa e busca.

De acordo com os autores Medina, Freitas e Ribas (2012), no Brasil a criação da Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP),

que tem como objetivo atuar na perspectiva de análise contribuindo como aperfeiçoamento das ações públicas destinadas ao segmento jovem. Ainda nesta questão, os autores Medina, Freitas e Ribas (2012), revelam que atualmente, uma importante agenda dessa Comissão é a construção de uma metodologia de monitoramento das políticas de juventude, ferramenta que pretende dar suporte também ao controle social local exercido pelos conselhos nos municípios e estados. A intenção é aperfeiçoar e realizar de forma mais ampla e sistemática o acompanhamento das políticas, utilizando novos parâmetros de avaliação, considerando as resoluções das conferências e um olhar sobre a garantia do direito a autonomia e a emancipação juvenil, objetivo maior da política nacional da juventude.

Seguindo nossa reflexão, em agosto de 2012 foi criada a Lei de Cotas cujo abrange a questão de ingressar uma porcentagem maior de jovens nas Universidades Federais e Instituições Federais de nível técnico. Ou seja, conforme trás a Lei 12.711 de agosto de 2012

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. (Governo Federal, 2012)

Como mostra a citação da lei o objetivo maior é fazer com que, todas as juventudes, adentrem em proporção crescente as universidades, aos cursos técnicos e aos concursos, pois, é sabido que devido a falta de equidade social, na grande maioria das vezes quem tem o acesso direto a estes recursos são os jovens que durante sua trajetória de vida tiveram uma realidade provida de recursos próprios, resultando numa desigualdade social, porém, as formas de acessar nas Instituições é igual para todos, no entanto, é perceptível que a veracidade de oportunidades de vida é bem diferente de um jovem para outro. A de se concordar que uma criança nascida numa família com oportunidades e condições favoráveis a sobreviver nesta sociedade capitalista, branca, com condição financeira estável, locada em território nobre e provável investimento

educacional, em contrapartida, uma criança que nasce em uma família com situações de vivências de exclusão social e empregos temporários e /ou desemprego, negra, com extrema vulnerabilidade social e econômica, locada em zona periférica e com precariedade educacional, terá um desenvolvimento totalmente diferente, estamos falando em extremidades, no entanto, com as mesmas oportunidades, por isso, se dá a desigualdade, e se faz necessário a equidade social e uma das alternativas para se alcançar este objetivo é usufruir desta lei. É importante ter em mente que a equidade significa contemplar realidades e pessoas diferentes e, portanto, possuem necessidades diferentes. Sendo assim, é exatamente por isto que o atendimento das necessidades sociais e os esforços diferentes devem ser feitos de acordo com o contexto em questão, como no caso das juventudes nesta reflexão.

Seguindo a linha de leis que proporcionaram benefícios e avanços para a juventude, em 5 de agosto de 2013, a Presidenta da República Dilma Rouseff, através da Lei 12.852, instituiu o Estatuto da Juventude que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Considerando que a Lei 12.852 (2013), define que jovem são pessoas entre 15 e 29 anos.

Mediante as turbulências vividas pela população jovem, ter um Estatuto instituído reforça mais uma conquistada adquirida por meio de militâncias e insistências por querer uma efetividade mais positiva referente ao olhar da Juventude brasileira, que por sua vez, tem uma imagem, como já referida neste trabalho, muito mais negativa, aniquiladora e indisciplinada do que uma juventude que vigorou por um futuro diferente do que foi sentido. Este conseguimento é mais uma confirmação de que ser jovem não é somente ter deveres, mas sim, obter direitos, princípios e diretrizes.

Para além destes progressos sociais, em abril de 2017 foi instituído o Comitê Interministerial da Política de Juventude, por meio do Decreto 9.025, 05 de abril de 2017, onde tem como competência:

I - subsidiar e acompanhar a gestão e o monitoramento da Política Nacional de Juventude, de acordo com as deliberações das conferências nacionais de juventude, os planos plurianuais e outras diretrizes do Governo federal;

II - elaborar e propor a regulamentação do Fundo Nacional de Juventude do Sistema Nacional de Juventude - Sinajuve;
III - monitorar a implementação no território nacional do Estatuto da Juventude e do Sinajuve;
IV - elaborar o Plano Nacional de Juventude e acompanhar periodicamente o cumprimento dos objetivos e das metas propostos, observado o disposto no art. 227, § 8º, da Constituição;
V - subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e das ações do Governo federal para a juventude;
VI - monitorar e propor o encaminhamento para as demandas recebidas dos movimentos juvenis pelo Governo federal; e
VII - publicar relatório com o balanço anual sobre programas e ações do Governo federal para a juventude.
Parágrafo único. A proposta de regulamentação de que trata o inciso II do **caput** deverá ser elaborada no prazo de cento e vinte dias, contado da data de publicação do ato de designação a que se refere o § 1º do art. 3º no Diário Oficial da União.

Acredito que este Comitê terá um papel fundamental para a caminhada da militância dos jovens, pois, é mais uma alavancada dada, da mesma forma que é uma forma de Controle Social e Gestão desta Política, visto que não havia uma fiscalização e acompanhamento efetivo, tanto para a Política quanto para os Programas, os Serviços e os benefícios que são oferecidos. Portanto, obtivemos mais uma ferramenta de trabalho para contribuir no desenvolvimento e precisão destes.

De acordo com o que foi dito no decorrer deste trabalho até aqui, a Constituição Federal (1988), teve um papel fundamental para a implementação das políticas do campo da seguridade social como a saúde, a assistência social e a Previdência Social. Nesta parte do trabalho faremos referência à política de assistência social⁴ que teve como marco legal a criação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1997), bem como, em 2004 a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, e ainda em 2005 o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Importante salientar que a Política de Assistência Social, por meio do SUAS realiza-se de forma integrada às políticas setoriais(educação, saúde entre outro e também com os direitos especiais da criança, adolescente e juventudes, idosos, etc), considerando as desigualdades sócio-territoriais,

⁴ Tratar sobre a política de assistência social deve-se ao fato de ter sido este o campo das políticas sociais em que realizamos o Estágio em Serviço Social I, II e III em uma entidade socioassistencial que desenvolve programas e projetos beneficiando jovens entre outros segmentos, como a Política de Educação.

visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. O Sistema Único de Assistência Social SUAS (2004), é um modelo da organização da Assistência Social, com o enfoque na proteção social, a partir da configuração de um sistema que reorganiza as ações por níveis de complexidade, assim sendo proteção Social Básica; Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado: Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Bem como, Sistema Público não-contributivo, Descentralizado e Participativo, destinado à gestão da Assistência Social, através da integração das ações dos entes públicos (União, Estados, Municípios e DF) e das entidades privadas de assistência social. Tendo como objetivos, conforme a Lei 12.435 de 2011, Artigo 2º:

A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais." (NR)"

É importante salientar que no âmbito do SUAS se desenvolvam projetos e programas voltados as juventudes, como por exemplo: ProJovem, Programa de Atendimento Integral a Família, Programas de Geração de Trabalho e Renda, Apoio a Pessoa Idosa, Programa de Erradicação de Trabalho Infantil, Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescente, entre

outros. Entretanto reconhecemos que o jovem encontra-se numa situação de calamidade social, ainda que já esteja inserido em diversas políticas sociais, ainda que já fosse constituído a esses direitos, ainda que haja um número relevante de programas sociais tudo isto é muito novo, além disso, as ações diárias não deixam de ser um projeto piloto referente a este perfil de jovem , uma vez que ele continua sendo o “personagem principal” no mapa da violência urbana e torna-se um desafio para o Serviço Social a construção de estratégias para o trabalho junto as juventudes.

3 O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS JUVENTUDES

Para tratar sobre o trabalho do assistente social junto às juventudes iremos discorrer nesta parte do TCC sobre a experiência vivenciada no Estágio em Serviço Social desenvolvida no período de março/2015 a agosto/2016, na Instituição de Proteção Associação Cristã de Moços - ACM Cruzeiro e se finalizou na Associação Cristã de Moços - ACM Restinga/Vila Olímpica. Para tanto, além de caracterizar este espaço sócio-ocupacional do Serviço Social trazemos a reflexão teórico e prática sobre o processo de trabalho que os Assistentes Sociais desta entidade se inserem e que pude vivenciar no estágio. O Serviço Social é uma profissão que tem um Código de Ética, este foi instituído através da Resolução CFESS 273 (1993) que considera “a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os usuários, com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social”. De acordo com o Art. 1º do Código de Ética Profissional do assistente social os 11 Princípios fundamentais, são:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;

- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Igualmente, temos as diretrizes curriculares (1996) que foram criadas em consonância com o Código de Ética da profissão, que tem como perfil do Bacharel em Serviço Social.

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1999, p. 1)

Além disso, de acordo com a ABEPSS (1999) a formação profissional em Serviço Social, deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade. Como também temos a Lei que regulamenta a profissão, isto é, Lei 8662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Ainda assim, conforme a Cartilha do CFESS (2011),

As atribuições e competências dos/as profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na política de Assistência Social ou em outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras". (CFESS, 2011, p.15)

Consideramos importante discorrer sucintamente sobre esta trajetória sócio-histórica percorrida pelo Serviço Social, para evidenciar o seu papel como profissão que possui um projeto profissional que se coloca em defesa da classe trabalhadora e dos direitos humanos. Neste sentido, a mediação do

assistente social na defesa dos direitos das juventudes é fundamental, pois ao se inserir em processos de trabalho em que as expressões da questão social vivenciadas pelos jovens se manifesta esta será uma demanda para intervenção profissional. Todavia a mediação, como uma categoria dialética é parte do trabalho profissional, de acordo com Moraes e Martinelli (2017),

[...] a mediação é uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social e que possui uma dupla dimensão: ontológica - que pertence ao real, está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito e reflexiva - elaborada pela razão, para ultrapassar o plano da imediatividade (aparência) em busca da essência, necessita construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto. (MORAES e MARTINELLI, 2017, p.3)

Considerando esta compreensão da categoria mediação tão pertinente ao trabalho dos assistentes sociais, passarei a discorrer sobre as reflexões teóricas e práticas que emergiram de uma experiência no estágio profissional em Serviço Social onde pudemos trabalhar numa perspectiva da cidadania juvenil.

3.1 A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO NA ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS – ACM

Iniciamos caracterizando a ACM RS que é uma instituição que tem por missão ser agente na transformação da sociedade, promovendo a vida com amor, justiça e paz, de acordo com a mensagem cristã. Segundo relatos a primeira sede foi inaugurada em 1923 na rua Vigário José Inácio, no centro de Porto Alegre, hoje é ocupada pela escola e clube desportivo da ACM localizada na rua Washington Luiz, 1050. Em 1984 e 1986 foi evidenciada, no relatório da comissão de planejamento da ACM de Porto Alegre, a necessidade de uma maior participação da ACM na comunidade, sendo este o documento condutor para a proposta de sistematização da Área de Desenvolvimento Social. (ACM, 2013). É a partir desse novo formato de atendimento que o executivo e a Comissão de Extensão da ACM RS discutem sobre diretrizes para construir a Área de Desenvolvimento Social. O surgimento da Área de Desenvolvimento

Social (ADS) ocorreu quando a Comissão de extensão identificou que necessitavam:

1. Ter maior comunicação e reconhecimento equivalente às demais áreas da ACM RS sob o aspecto organizacional sendo respeitada para garantia de sua visibilidade;
2. Instituir a ADS num encontro nacional de trabalhos sociais, pois haviam mudanças na legislação e na certificação de filantropia;
3. Organizar a assistência social para a qualificação do atendimento permeado e acompanhado pela trajetória histórica do surgimento das políticas públicas já mencionadas.

Importante fazer um recorte e situar a ACM como entidade socioassistencial que faz parte do chamado terceiro setor. Por entidade socioassistencial entendemos ser, de acordo com Reis (2016),

[...] as organizações da sociedade civil integram a rede socioassistencial a partir da adesão às prerrogativas do SUAS pelo então chamado “Vínculo SUAS”, que consiste num conjunto de resoluções, leis e decretos com o intuito de adequar as instituições que atendem no âmbito da assistência social para que as suas atividades estejam inseridas na rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família, de forma articulada e integrada. (REIS, 2016. p. 234).

Na década de 90 o Estado começa a reconhecer que as ONGs, as Creches Comunitárias e as Instituições Filantrópicas acumulam um capital de recursos, experiências e conhecimentos sobre as formas inovadoras de enfrentamento da questão social, qualificando-se como interlocutores e parceiros das políticas governamentais. O terceiro setor ganha espaço na sociedade capitalista e recebe efetivo aval do Estado que se desresponsabiliza pela efetivação dos direitos sociais por meio de seus programas e projetos e passa a investir nas parcerias com estas instituições de iniciativa privada, com fins públicos e sem fins lucrativos. Para Montaño (2002) o *chamado terceiro setor* é construído a partir de um recorte do social em esferas, portanto o autor critica que esta é uma classificação estruturalista, funcionalista e liberal, ao isolar e autonomizar a dinâmica de cada um deles - desistoriciza a realidade

social (MONTAÑO,2002). É importante ter esta compreensão, pois embora a ACM se considere uma organização do chamado *terceiro setor* essa reflexão nos situa no campo das entidades socioassistencias que executam programas e projetos do âmbito da política de assistência social, como neste caso.

Todas as unidades sociais da ACM RS são gerenciadas pela Área de Desenvolvimento Social, que se preocupa em trabalhar a educação no seu sentido pleno. A Proposta Político Pedagógica trabalha o universo da criança e do adolescente a partir do paradigma do desenvolvimento humano, com ações destinadas às crianças e aos adolescentes no campo da educação integral, baseada nos quatro pilares da educação: aprender a ser, a conviver, a fazer e a conhecer. Tem como finalidade os princípios da educação, tais como: respeito pelas diferenças de cada forma de expressão, conhecer, relacionar e interagir com a realidade em que vivem, transmitir justiça e paz de acordo com a mensagem cristã, como também sensibilizar, conscientizar e incentivar a participação das famílias promovendo a cidadania.

Hoje a ADS congrega quatro unidades de atendimento em áreas de vulnerabilidade social. A primeira instituição social criada 1976 foi a Fundação Cazemiro Bruno Kurtz, localizada na Vila Cruzeiro, zona sul de Porto Alegre. E assim, sucessivamente foram sendo construídas unidades em locais de maior risco social, como a ACM Vila Restinga Olímpica, ACM Morro Santana e ACM Esteio. Além dessas unidades, a ACM realiza projetos e programas especiais, como o Centro Social João XXIII e o Projeto Borboleta.

É então na ADS que estão em atuação profissional o Assistente Social, assim como, o profissional da Psicologia e uma coordenadora Pedagógica. É no processo de trabalho em que se inserem os assistentes sociais da ACM que se manifestam as múltiplas expressões da questão social que para lamamoto (2001),

[...] em perspectiva de análise distinta, a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea. Requer, no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento a responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes

maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública. (IAMAMOTO, 2001, p. 10)

É neste sentido que, os programas, projetos e serviços executados na ADS tecem maneiras de dialogar sobre as necessidades sociais, tomam espaço na sociedade para reivindicar por melhores condições e acesso à saúde, garantia de direitos e proteção para as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Portanto, é a partir dos projetos sociais da Área de Desenvolvimento Social da ACM RS, que se situam em regiões mapeadas com altos índices de vulnerabilidade, que foi constituído parcerias e convênios com a Fundação de Assistência Social e Cidadania do RS e a Secretária de Educação do RS.

Concretamente a ADS tornou-se executora de Políticas Públicas no ano de 1999 a partir da implementação do setor do Serviço Social, concomitante com as reformulações e mudanças que viabilizaram a garantia dos serviços que atendem aos direitos sociais. Mas foi com as mudanças ocorridas no ano de 2009, devido a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e considerando a Resolução CNAS nº16, de 05 de maio de 2010, que define parâmetros nacionais para a inscrição de entidades e organizações de assistência social, bem como seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal, que a Área de Desenvolvimento Social da ACM RS reformula os serviços prestados a população atendida.

De acordo com Iamamoto (2001,p.57)“[...] a questão social é como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social [...]”, além disso, temos que aprender a “prática profissional como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho”. Ou seja, as expressões da questão social instauradas na nossa sociedade cotidiana, é resultado de uma profissão socialmente assentada na história da sociedade brasileira. Lembrando que a realidade sócio-histórica do nosso país tencionou para que houvesse cada vez mais diferentes tipos de expressões da questão social, isto é, as

vulnerabilidades sociais sofrem alterações conforme a realidade que vem sendo enfrentada pela população. Ou melhor,

Importante avanço foi reconhecer que o chão comum tanto do trabalho quanto da cultura profissional é a história da sociedade. A realidade social e cultural provoca e questiona os assistentes sociais na formação de respostas, seja no âmbito do exercício profissional, seja das elaborações intelectuais acumuladas ao longo da história do Serviço Social, os saberes que construiu, as sistematizações da prática que reuniu ao longo do tempo. (IAMAMOTO, 2001, p. 58).

Fernandes (2016) ao mencionar Pereira (2003) em suas reflexões sobre a questão social, referenda que esta é constituída de fatores estruturais característicos dessa sociedade capitalista, que independem da ação política de sujeitos em dadas circunstâncias; e, de outro, contém ações deliberadas e conscientes de sujeitos que querem mudar a sua história e fazem a resistência. Assim, conclui-se que, isoladamente, nenhum desses dois elementos é capaz de suscitar a questão social, que é produto e expressão da relação contraditória entre esses dois elementos ou, sucintamente, é produto e expressão da contradição fundamental entre capital e trabalho, historicamente problematizada (PEREIRA, 2003, p. 112).

Considerando as expressões da questão social, não podemos deixar de mencionar o modo interventivo para a minimização destas, todavia, cada política tem sua especificidade mediante a intervenção, mas todas seguindo a mesma diretriz. No entanto, existe um arcabouço de profissionais, que atuam no campo social, porém, é o Assistente Social o protagonista evidente que possui as atribuições factuais como meio de interceder na realidade desses usuários da política de Assistência. Para Knevez (2016, p.281),

[...] os trabalhadores da Assistência Social, na atualidade estão para além de executores de uma política pública e assumem uma identidade militante, comprometida com a defesa da assistência social como política de Seguridade Social. Com conhecimento técnico e compromisso ético, buscam a promoção da proteção social concebida como uma seguridade social ampliada, a qual inclui todos os direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição Federal: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência e assistência social, promovendo mudanças efetivas nas perversas condições de vida da classe trabalhadora. (KNEVITZ, 2016, p.281)

Não obstante, esses direitos sociais atrelados as políticas públicas sociais não existiriam se não houvesse as necessidades humanas oriundas de um sistema de acumulação de capital, já mencionada nesse trabalho. Essas necessidades não são exclusivamente dos usuários das políticas públicas sociais, ao contrário, é para todos que dela necessitarem. Neste sentido, Silva (2016, p.293) traz que

[...] em um processo contraditório, percebe-se que os usuários das políticas sociais e, mais especificamente, aos da Assistência Social, ainda é destinado o lugar da 'subalternidade'. Alterar a lógica de que a Assistência deve ocupar-se dos pobres não é uma mudança apenas jurídica, constatada a partir do texto constituição e demais legislações que dele decorrem, significa romper com paradigmas de práticas conservadoras e assistencialistas, que sempre negaram a lógica dos direitos e de cidadania. (SILVA, 2016, p. 293)

Basicamente, podemos refletir sobre a situação desses usuários que estão subordinados a esta refração da questão social, a pobreza, se entendermos que

O conceito de pobreza relativa refere-se á desigualdade do acesso dos indivíduos e famílias a bens e serviços ou a disponibilidade de renda. É uma perspectiva mais adequada a países desenvolvidos, onde os níveis mínimos de subsistência estão garantidos para parcela majoritária da população, e onde, portanto, a ênfase da política social se orienta na redução da desigualdade social entre grupos populacionais. Em geral, os pobres são tomados como aqueles indivíduos que integram os decis de renda per capita mais baixa ou aqueles que integram os grupos de acesso mais precário a bens ou serviços. (JANNUZZI, 2016, p. 201)

Para tanto, o profissional age de forma interventiva tanto nestas refrações quanto nas vulnerabilidades sociais que de acordo com Cruz e Hillesheim (2016,p.302),

[...] no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária". Isto pressupõe considerar que as "ações da proteção básica têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para atenção e prevenção a situações de risco. (CRUZ e HILLESHEIM, 2016, p. 302)

Ao realizarmos reflexões sobre os diferentes conceitos que englobam cotidiano do profissional Assistente Social, percebemos, também que existe um elemento fundamental em todo este contexto, sendo ele o objeto de trabalho. Segundo lamamoto é

[...] por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que age consciente e racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na matéria ou no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas". (2001,p. 60)

Partindo desta concepção, não podemos deixar de fazer a interlocução com o Serviço Social, ou seja, a prática profissional como forma de trabalho, temos que ter a clareza o Serviço Social se faz na luta, no entanto, vai além disso, não é somente participar ou ser membro de algum movimento social, nem levantar determinadas bandeiras, muito menos fazer parte de alguma organização. Precisamos, antes de qualquer coisa, entender e a partir disto, romper com o pensamento conservador de que Serviço Social é assistencialismo, caridade ou qualquer coisa relacionada a este pensamento que antecede o processo de ruptura da profissão. É sabido que mediante a todo e qualquer processo de trabalho, é fundamental ter clareza do objeto profissional, compreender as necessidades sociais dos sujeitos usuários dos serviços onde atuamos para tanto lamamoto refere que

[...] o objeto de trabalho, aqui considerado, é a questão social. É ela, em suas múltiplas expressões que provoca a necessidade da ação profissional junto a criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra etc. Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual se incide a ação transformadora ou esse trabalho". (IAMAMATO, 2001,p. 62)

Com isso, podemos afirmar que não produzimos, tampouco, como não possuímos apenas um produto em decorrência do nosso trabalho, já que, são

diversas as expressões da questão social, consideradas anteriormente, aqui neste trabalho, dessa forma, conseqüentemente, produzimos diversos produtos diferentes favorecendo como ação transformadora para a sociedade acumuladora de capital.

Em decorrência disso, pensar objeto de trabalho sem determinar os instrumentos de trabalho do Assistente Social como elemento habitual, é algo inviável, uma vez que são indissociáveis. Porém, parece tarefa fácil e óbvia falar e descrever os instrumentos de trabalho, em razão de que, a maioria das pessoas iriam pensar que como instrumentos, temos somente o que é mais visível, ou seja, as entrevistas, as visitas domiciliares, as reuniões, os atendimentos as famílias, porém, todos esses citados são técnicas de trabalho.

No entanto, Iamamoto (2001, p.62) refere que “[...] não devemos restringir os instrumentos como mero conjunto de técnicas ao contrário este se amplia “para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho.”

As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado, mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 2001, p. 62-63).

A partir desta reflexão, é possível identificar as atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais da ACM e que, conseqüentemente, também, nos envolvemos no período do estágio obrigatório em Serviço Social. Destacamos algumas como forma de elucidar o trabalho desenvolvido e instrumentos acionados para intervenção profissional. Vejamos:

- a) Atendimento aos usuários: O atendimento aos usuários se destina as crianças e adolescentes que fazem parte dos Programas e Serviços o qual a Instituição oferece. É sabido que o público alvo da ACM são

usuários que se encontram em vulnerabilidade social e econômica, perpassando por diversas expressões da questão social, com isso, tem demanda de atendimento praticamente todos os dias, onde o próprio jovem pede para ser atendimento ou é perceptível que o mesmo necessita de atendimento por estar demonstrando atitudes suspeitas de maus tratos ou envolvimento com drogas, por exemplo. No entanto, por vezes, este acompanhamento referente ao atendimento inicial tem que ser desenvolvido por uma equipe interdisciplinar, ou seja, Serviço Social, Psicologia e educador Social, através disso, se obtêm o resultado esperado. Este atendimento é mais pontual, não requer que seja agendado e não negamos a escuta, se o usuário achar necessário, será ouvido e terá sua intervenção.

- b) Atendimento às famílias: Sabe-se que o atendimento às famílias não pode ser individualizado, ou seja, atender somente o usuário que é o portador da expressão social a que se refere à problemática. Subtende-se que estender este atendimento a família do usuário é investigar o contexto da história, sua complexidade e tentar compreender a realidade que vivenciam e suas particularidades e para além deste atendimento inicial, é necessário fazer os encaminhamentos devidos e acompanhar o desenvolvimento da devida situação. Para estes casos, costumamos agendar um horário, para que fique organizado o setor e para que saibamos os dias que terão escuta. Todavia, se um familiar e/ou responsável vier até a instituição precisando de atendimento e não tiver agenda marcada, atenderemos desde que não se esteja ocupado com outras demandas.

De acordo com Miotto e Campos (2016, p.174), “[...] a expressão *matricialidadesociofamiliar* é, hoje, amplamente vigente dentro do campo conceitual e técnico-operativo da Política Nacional de Assistência Social no Brasil”.

Ela aparece, oficialmente, na Norma Operacional Básica NOB/SUAS (2005), na condição de um dos eixos estruturantes da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta medida foi

decorrente da instituição da centralidade na família – como uma das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – na concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, ao lado da descentralização político-administrativa, da participação da população e da primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social. Desde então, a matricialidadedesociofamiliar tem sido pauta de um intenso debate, considerando as diferentes concepções teórico-metodológicas que podem lhe dar sustentação” (MIOTO e CAMPOS, 2016,p. 174)

Além disso, temos outro fator importante para este atendimento as famílias, isto é, entender o vínculo familiar. Para Rodrigues e Guareschi (2016, p.296) “o vínculo, como ferramenta que possibilita ligar os sujeitos entre si (e entre as coisas inumanas), não é um “dato natural”. Ele é produzido, ou seja, performado pelas práticas que perpassam os diferentes campos do conhecimento que se detêm ao estudo da temática. No campo da psicologia, encontramos diferentes autores que abordam a noção de vínculo utilizando aspectos que vão desde os experimentos da etologia até os estudos psicanalíticos. Tais composições produziram concepções de vínculo que se espalham em campos distintos – como o da assistência social, no qual o vínculo é articulado ao exercício da cidadania, a partir de uma concepção de vínculo ligada à psicologia de referência psicanalítica e a psicologia social (BRASIL,2013).

- c) Entrevistas: As entrevistas ocorrem, normalmente, durante o período de ingresso de novos educandos. Ou seja, é um processo o qual o familiar ou responsável vai passar com o serviço social e depois com a Psicologia para responder um questionário onde terá informações do usuário. Este momento tem como foco ingressar o educando, porém, se for observado durante a mesma que o usuário necessita de algum outro encaminhamento para outra Política Social, isto será feito.
- d) Visita domiciliar: A Visita Domiciliar ocorre, geralmente, quando todos os contatos que foram deixados para referência não estão tendo resultado, ou seja, não estamos conseguindo falar com ninguém desta determinada família. Mas porque querem contato? Porque, tem vezes, em que o usuário está há mais de 10 dias sem aparecer na Instituição e sabemos que deve estar vivenciando situações adversas e que necessitam de atenção. Com isso, procuramos investigar a situação

para que se necessário for fazer o devido encaminhamento para a rede de atendimento cabível a situação, podendo ser elas: Conselho Tutelar, Ministério Público, entre outras. É sempre combinado que não se vai sozinha e se for muito longe costuma-se pedir transporte, a Kombi da Instituição para ir até o destino.

- e) Estudo de caso: A Instituição tem como parte dos seus processos de trabalho uma reunião quinzenal cujo objetivo é o Estudo de Caso, ou seja, alguns casos, os que necessitam de uma atenção maior. Neste dia, vai a Assistente Social, a Psicóloga, os educadores, alguns coordenadores e os estagiários. Cada um trás em torno de 3 casos e coloca para votação, todos os casos são inscritos, mas são eleitos entre 5 e 7 casos, por uma questão de tempo, a reunião dura 2h, tempo que se torna inviável para resolver tantas demandas. Durante a reunião cada um trás os relatos cabíveis a cada situação, sempre preservando o sigilo de determinadas situações, neste momento se estuda junto a intervenção que pode ser feita, o qual seja mais plausível a demanda. Faz-se os encaminhamentos necessários, e todos são responsáveis por acompanharem o desenvolver das problemáticas.
- f) Relatório de encaminhamento ao Conselho Tutelar: Este processo é mais pontual, como a ACM é um espaço de proteção ao usuário, quando este se encontra em situação de violação de direitos, com isso passa a ter riscos inerentes a sua integridade física e/ou psicológica, são feitos relatório de encaminhamento ao Conselho Tutelar da região para então tomar as providências cabíveis, que variam de caso para caso.
- g) Busca ativa: Considerando que os usuários, da rede de atendimento, para estarem ingressados nos programas sociais da instituição ACM necessitam passar por alguma vulnerabilidade social específica, ou seja, possuir violação de direitos, com isso é natural que em alguns momentos haja evasão por parte destes beneficiários, processo resultante do contexto em que eles vivem. No entanto, é fundamental realizar uma 'busca ativa', isto é, realizar ligações telefônicas, fazer visitas domiciliares, entrar em contato com a escola, posto de saúde ou

até mesmo o Conselho Tutelar da região para averiguar uma possível ocorrência.

O profissional desta instituição tem um compilado de funções que fazem parte das atribuições do Assistente Social, resultando assim, na contribuição ao acesso dos direitos sociais pelos usuários da Política de Assistência, por meio dos Programas e Projetos incumbidos nessa Organização Não Governamental – ONG. De acordo com Iamamoto,(2001).

Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população. (IAMAMOTO, 2001,p. 67)

3.2 A MEDIAÇÃO PARA A CIDADANIA JUVENIL: uma experiência no estágio profissional em serviço social

A mediação surge neste contexto como uma categoria da dialética e que de acordo com Pontes (2017) cada vez mais se evidencia a necessidade de compreendê-la em função da sua importância no exercício da profissão de Assistente Social, “[...] a meu ver a necessidade de melhor compreender a dinâmica das mediações na sociedade e sua particularização para a profissão. Isto permanece como uma demanda incontornável, a desafiar todos os segmentos profissionais a empenharem seus recursos intelectuais e materiais” (2017, p. 17).

Considerando o que o autor trás sobre mediação, entendemos que esta categoria tem uma importância fundamental para o pensamento dialético e para a profissão. Uma vez que instrumentalidade através da mediação não é apenas o “fazer” e nem apenas o “pensar”, são os dois juntos, a *práxis*. Ou seja, na dimensão enquanto processo reflexivo baseada na concepção crítica ultrapassando o limite do cotidiano, intervindo de forma crítica a realidade. Caminhando do nível de maior abstração para o nível de maior concretude. Assim o Projeto Ético Político se materializa nas diferentes atuações profissionais.

Assim sendo, após esta breve reflexão sobre a mediação no Serviço Social, o trabalho na perspectiva da cidadania juvenil pressupõe a existência de uma mediação para o desenvolvimento de processos socioeducativos, que na Proteção Social Básica no âmbito da assistência social (que é lócus onde se deu nossa experiência de estágio em Serviço Social), quando colocado à serviço da convivência e do fortalecimento de vínculos dos grupos pressupõem um processo socioeducativo amplo, pois supera o âmbito das concepções assistencialistas e perpassa as políticas socioassistenciais.

Todo o processo educativo é de natureza social, o que varia são suas intencionalidades, objetivos, significados, efeitos ou os públicos para o qual está dirigido, seja estes os públicos das elites, das classes trabalhadoras, grupos populares, corporativos, em risco ou vulnerabilidade social, excluídos do sistema ou do alcance das políticas sociais. Todos estes indivíduos, quando incluídos em processos socioeducativos ampliam as relações cognitivas e sociais e se inserem de maneira significativa nos grupos, nas comunidades e na sociedade.

Precisamos ter claro que todos os tipos de abordagem ou processos socioeducativos precisam estar envoltos em dispositivos pedagógicos e didáticos, de acompanhamento efetivo do aproveitamento escolar e de relacionamento com as multiplicidades das instâncias da sociedade.

A organização da cultura, para as classes subalternas, cumpre o papel de organizar o processo de classe para – si, no qual a classe conquista sua própria consciência, oposta à hegemônica “oficial”. A função pedagógica do assistente social é analisada tendo em vista o nexo orgânico presente entre as relações pedagógicas e a construção de determinada hegemonia. O ocultamento deste nexo orgânico dissimula a vinculação da ação educativa aos interesses dominantes, tornando-a instrumento eficaz de controle social e fragilizando as classes subalternas em relação a sua perspectiva emancipatória (ABREU, 2002, p. 20).

De acordo com Martins (2013)

“[...] Nesse sentido, a “função pedagógica” do Assistente Social se localiza na elaboração e difusão de ideologias no processo de organização da cultura. A intervenção deste profissional compõe o cotidiano do embate entre as classes sociais através de espaços sócioocupacionais no campo das políticas públicas e privadas, na formulação e gestão de recursos humanos, serviços sociais, e nos

processos de luta e resistência das classes subalternas”. (MARTINS, 2013,p. 3)

As perspectivas de aproximação com a cultura, a comunidade e a potencialização do convívio social, além da conquista da auto-estima e do protagonismo cidadão colocam outro tom aos dispositivos das relações de troca, amadurecimento e aprendizagem. Para a efetivação de processos educativos sociais torna-se imprescindível o exercício efetivo da cidadania e as possibilidades da integração dos indivíduos nos espaços das trocas e das diferenças.

São considerados usuários deste Serviço, adolescente e jovem de 15 a 18 anos incompleto que são pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF; egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas, conforme disposto na Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; egressos ou em cumprimento de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 1990; egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; portadores de deficiência; egressos ou vinculados a programas e serviços de combate ao abuso e à exploração sexual.

Abreu (2002) analisa que o enfoque da intervenção profissional na comunidade, embora em termos espaciais ultrapasse a dimensão local, “[...] não significou superação do enfoque individualista psicologista e conservador da prática” (ABREU, 2002, p.111), porque a categoria comunidade tem como elementos centrais as relações interpessoais, solidárias, de compromisso emocional e moral, servindo como componente ideológico que coíbe os conflitos que se operam entre as classes sociais.

A dinâmica deste grupo será de aquisições socioeducativas, sendo que trabalhará a educação profissionalizante, que poderá acontecer por meio de parcerias com instituições credenciadas/capacitadas e ou contando ainda com a estrutura das entidades conveniadas que hoje atuam no serviço.

O Serviço Socioeducativo na modalidade do Jovens Protagonistas Acemistas - JPA foi organizado em grupos de no mínimo 10 e no máximo 25 adolescentes/jovens. Nesta proposta o JPA acontece em cinco turnos na

semana, sendo nos turnos da manhã e tarde. As atividades exploratórias/optativas nos espaços de cidadania e de aproximação com o mundo do trabalho. O horário de atendimento será das 13h 30h às 15h30, salvo os casos em que os adolescentes/jovens estejam vinculados a instituições ou empresas que se responsabilizem pela sua profissionalização socioeducativa.

A concepção socioeducativa do JPA é voltada ao desenvolvimento integral de adolescentes/jovens, e se realiza com a articulação das diversas dimensões de sua vida como indivíduo/cidadão com futuro profissional, por meio de práticas que proporcionem a aquisição de conhecimentos gerais, técnicos e de desenvolvimento de habilidades pessoais.

Abreu (2002) destaca que a base dessa pedagogia da emancipação é composta por elementos como solidariedade, colaboração para com as classes subalternas, mobilização, capacitação e a organização das mesmas no sentido de uma ruptura com a ordem intelectual e moral do capital, na construção de uma nova cultura.

O perfil pedagógico emancipatório, tem num primeiro momento uma intervenção profissional que negava os espaços institucionais, caracterizando-os como meros espaços de reprodução da lógica do capital, priorizando esferas mais estratégicas da sociedade civil, tal como o partido político. Assim, os primeiros trabalhos em comunidades foram marcados pelo pragmatismo e voluntarismo. Com o avançar teórico da eminente intelectualidade que despontava no Serviço Social, essa perspectiva foi sendo superada, ganhando densidade teórica e superando o pragmatismo predominante. Aspectos como a educação popular, articulação com os movimentos sociais populares e organização da própria categoria podem ser considerados como determinantes desse momento. (ABREU, 2002, p. 6).

O foco do Estágio Curricular III foi a Intervenção através do Projeto que elaborado neste processo de formação profissional. A temática deste era sobre Juventude e Cidadania, tendo como objetivo a contribuição para o conhecimento dos direitos sociais pelos adolescentes que estão inseridos no programa “JPA” da instituição ACM, com vistas ao reconhecimento de sua cidadania e de sua autonomia.

Considerando que mudei de campo no estágio obrigatório III, finalizei o estágio II da ACM Cruzeiro e no estágio III fui para a ACM Restinga Vila

Olímpica devido à efetivação da minha supervisora Roberta Motta. Todavia, chegando neste campo tive uma nova supervisora, mesma é a Assistente Social da Instituição e passou a supervisionar meu estágio.

No primeiro momento, apresentei o projeto de intervenção a ela, a qual acreditou que seria uma boa forma de problematizar para os adolescentes o que é ser cidadão e o que uma cidadania na atual sociedade que vivemos. Todavia o grupo que fez parte deste projeto é o JPA – Jovens Protagonistas Acemistas, entre 15 e 17 anos.

No segundo momento, foi realizada uma reunião entre nós para ser determinado às temáticas que seriam abordadas no grupo, entendemos que eles gostariam de trabalhar a cidadania nos seus atravessamentos, ou seja, quem sou eu? Meu papel na comunidade, na sociedade? Problematizar se eles têm sonhos e de que forma realizar? Diferente da ACM Cruzeiro, acordamos que não iríamos deixar o assunto em aberto para que eles dessem sugestões de temáticas, concordamos e já deixamos agendado o primeiro dia que me apresentaria a eles e dessa forma eu iria fazendo uma aproximação para então dar início a intervenção.

Ao chegar no grupo fui apresentada a eles e expliquei que nas primeiras semanas iria assistir as oficinas e ir conhecendo cada um deles para depois desenvolver o projeto de intervenção. Conversamos, também, referente ao contrato verbal, onde este buscava esclarecer alguns acordos que faríamos para que o grupo tivesse um bom desempenho do início ao final, sendo eles: O encontro seria quinzenal; a ideia não é julgar ninguém e sim realizar trocas de informações, experiências; ao entrar na sala para iniciar as atividades, o celular será deixado na “caixinha de celulares” e retirado, somente, no término; o grupo deve se comprometer à participação eficaz nas oficinas estabelecidas pela estagiária; se sentirem a necessidade de conversarem, individualmente, com a estagiária, sobre algum assunto específico, pode ser feita a solicitação; ideias serão bem vindas pelo grupo; os encontros terão, no máximo, 1h30min de duração.

Após essa conversa referente ao contrato, fui encaminhando para o término do nosso primeiro dia, eles pareciam meios desconfortáveis com a ideia inicial, mas disseram que iriam aceitar o desafio, expliquei que esse

processo seria importante para a vida deles, iríamos buscar com que eles reflitam ao máximo sobre as questões sociais que fazem parte do cotidiano dos mesmos,

[...] frente a esses direcionamentos históricos, o primeiro e fundamental desafio que se coloca para os assistentes sociais – para avançar numa perspectiva emancipatória – refere-se à contribuição profissional para o fortalecimento e o avanço de processos e lutas que favoreçam a ultrapassagem das conquistas das classes subalternas dos limites históricos do Estado de Bem-Estar, no sentido da construção de uma nova sociabilidade – a socialista. (ABREU, 2002, p. 206)

Segundo Abreu(2002), os movimentos vinculados às classes subalternas culminaram em sua grande maioria ao fim último da luta por direitos, perdendo o caráter revolucionário. Nesse sentido, os Assistentes Sociais possuem o desafio de identificar as possibilidades de avançar numa perspectiva emancipatória.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência etc) expressando as relações vigentes na sociedade. (YAZBEK, 1998, p. 34)

Achei de extrema importância fazer este primeiro contato desta forma, eles precisavam me conhecer, precisavam também, saber qual o propósito da minha intervenção com eles. E através desta rodada de apresentação e desta primeira conversa pude “sentir” o grupo, sentir a reação que eles teriam ao ser proposto as oficinas e qual o nível de interesse dos mesmos.

Fiquei acompanhando as oficinas desenvolvidas pelo Educador durante alguns meses, considerando que já havia sido feito uma prévia aproximação referente ao grupo da qual será desenvolvido o Projeto de intervenção: Juventude e Cidadania, no dia 28/03/2016, efetivamente ocorreu a primeira oficina. Alguns educandos haviam faltado, com isso, tinha 12 pessoas, no primeiro momento eu me apresentei, dizendo meu nome, curso, universidade, e qual era o meu objetivo ali no grupo, logo, foi feito uma rodada de apresentação, sugerida por mim, onde eles deveriam dizer nome, idade e há quanto tempo estavam na ACM. Depois fizemos o contrato verbal, onde

acordamos os seguintes pontos: o comprometimento, o respeito com os colegas, a participação nas oficinas, o não uso do celular e a assiduidade.

Antes de prosseguir, é importante trazer a concepção de cidadania que subsidiou nossas reflexões com os jovens que participaram das oficinas, pois

[...] cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. (COUTINHO, 1999, p. 42)

Considerando este entendimento de cidadania podemos perceber que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que tem hierarquia e sim resultado de uma luta constante, travada quase sempre a partir das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração. A noção de cidadania não nasceu no mundo moderno, embora tivesse encontrado nele a sua máxima expressão, tanto teórica quanto prática.

Considero relevante trazer neste trabalho de conclusão que as atividades realizadas, com o objetivo de trabalhar o autoconhecimento e de provocar reflexões entre os jovens sobre suas vidas e perspectivas na vida dos jovens, foram sem dúvida experiências de aprendizagens significativas. A primeira atividade tinha 05 perguntas: quem sou eu? Data de nascimento? Endereço? O que me orgulho? E o que não me orgulha na minha comunidade? E a segunda atividade tinha 02 perguntas: o que eu quero para daqui a 1 ano? E o que eu quero para daqui a 5 anos? Nos quesitos: família, trabalho e comunidade.

Consideramos a turma bem receptiva, ou seja, bem dispostos a realizar a oficina, todo o tempo sendo muito autênticos, respondendo com transparência tudo que era perguntado ou problematizado. Teve somente um dos educandos que não quis fazer a segunda atividade porque disse que não

gostava de falar no futuro e eu perguntei o porquê e ele me respondeu que seu pai sempre dizia que ele tinha que planejar e pensar no futuro dele, ou seja, se preocupar com o futuro e ele disse que de fato planejava, mas um dia seu pai saiu dizendo que iria trabalhar para dar um “futuro” melhor a ele, no entanto, nunca mais voltou e alguns meses depois descobriu que ele havia morrido, com isso, passou a “odiar” falar em futuro. Palavras dele.

Ao término das atividades, perguntei a eles o que acharam de terem desenvolvido esta dinâmica, a maioria respondeu que gostou e dois deles disse que nunca tinham se entrosado desta forma. E eu disse qual forma? Todos conversando “Sora”, um “papo” legal que faz a gente pensar e saber que a gente é visto por alguém. E daí eu perguntei outra coisa: e como se sentiram quando eu informei a vocês que escolhi a turma de vocês para desenvolvermos este trabalho? “Bah! ‘Sora’ tri feliz, sinal de que a gente é importante.

Portanto, posso afirmar que desenvolver os objetivos do projeto: Juventude e Cidadania com este grupo trouxe grandes questionamentos referentes ao ser cidadão numa sociedade tão desigual, uma vez que, os mesmos já demonstraram tamanho interesse em querer participar e a “pensar” sobre tal assunto.

A partir deste encontro houve mais cinco intervenções com o grupo de jovens, cada dia com uma temática diferente, mas sempre buscando trabalhar a cidadania em suas múltiplas faces. Frente a esta realidade trabalhamos temas como: habilidades, trajetórias de vida, dificuldades enfrentadas frente a uma sociedade com sistema capitalista, frustrações, perdas materiais, lutos de entes queridos e, claro, os sonhos que cada um aflora dentro de si.

Conforme íamos nos aproximando mais daqueles jovens em situação de vulnerabilidade extrema, concretizava o quanto não há investimento em programas e projetos voltados para esse público. É preciso levar em consideração, a realidade que é enfrentada por eles diariamente, pois, a meu ver, é inadmissível um jovem entre 15 e 17 anos nunca ter ouvido falar em Cidadania, é inadmissível este mesmo jovem achar que só vai ter uma vida digna e ser um “cidadão” se vier a se tornar um *Mc* ou um *jogador de futebol*, e as meninas da periferia enxergar somente o seu corpo como moeda de troca mediante a mão de obra. Viver nessa “contra mão” não é tarefa fácil para estes

jovens, com isso se torna uma realidade passível de muita reflexão, muita análise, e uma crítica construtiva para então se ter uma ação positiva diante desses indicadores sociais.

Entre uma intervenção e outra, o que mais me comovia era escutar algumas falas, vindas daqueles jovens, do tipo:

- *Bah! Foi difícil.* E eu perguntei a ele o que foi difícil? Escrever ou lembrar algumas coisas? O mesmo me respondeu dizendo: - *Perder 06 (seis) familiares para o tráfico não é nada fácil.* Baixou a cabeça e ficou em silêncio. Respeitei o silêncio por alguns segundos e perguntei se fazia muito tempo, me disse que no máximo 02 (dois) anos e a última foi a sua avó (que a tinha como referência de mãe), e sua prima. E quando fui começar a problematizar esta situação ele disse: - *E, pior, que eram inocentes, mas na “vila” preto e pobre vão sempre morrer primeiro. Os “homi” (Polícia) entra e atira sem saber se tem culpa e eu tenho muito medo de isso acontecer porque sou “preto, pobre e ainda to desempregado.* Perguntei se estava procurando emprego, me disse que sim mas já estava cansado de tanto levar não como resposta, - *“Poxa”! Não me dão nem a chance de mostrar que eu quero fazer a diferença, quero trabalhar. Já fui até no Mc Donalds nem eles me querem. Vou indo quero jogar um pouco de futebol ainda.* Dei um abraço nele e disse que não deveria desistir, expliquei que estamos vivenciando um momento difícil referente a economia do país, mas que deveria continuar fazendo a parte dele. Sorriu e me agradeceu por ter escutado.

Naquele momento fiquei refletindo sobre as discussões que temos em sala de aula, o que de fato são as consequências dessas expressões da questão social pois estes jovens, entre outros, são condicionados a uma forma de sobrevivência nesta sociedade capitalista que acaba por reproduzir situações de riscos sociais como por exemplo o envolvimento e reprodução do tráfico de drogas. Também compreendemos que a questão social expressa às desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, implicando assim nas relações de gênero, étnico-raciais e, por fim, aponta as lutas sociais como possibilidade de romper com o domínio do privado na questão social e o Estado como responsável na interferência da mesma, para o reconhecimento e legalização dos direitos sociais da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, 2001).

Conforme iam se desenvolvendo as intervenções, as falas iam sendo reproduzidas com mais propriedade, e escutei mais falas que impactam os ouvintes, por vir de uma juventude que demonstra não ter mais esperança de um mundo melhor pra eles. Abaixo segue algumas delas:

- *Faculdade é para rico e branco!*

- *Meu futuro 'tá' aqui dentro da "Tinga", não tenho como sobreviver fora daqui!*

- *Não apoio o tráfico, mas muito tive comida porque ele existe!*

- *Só me vejo melhor se eu conseguir entrar para o futebol!*

- *Quero ser médica veterinária, mas é só um sonho né?!*

Foram falas como estas citadas até aqui, que me faz problematizar cada vez mais essas expressões da questão social, essas resistências explícitas ou não, procurando entender o que vem nas entrelinhas desses questionamentos e o que leva um jovem, no ano de 2016, onde a tecnologia está cada vez mais avançada, pensar dessa forma? Acredito que evoluímos tanto enquanto sociedade que acabamos evoluindo onde não podíamos ter nos permitido evoluir, ou seja, nesse desamor, nesse descuido com o ser humano, e principalmente, neste querer cada vez mais isolar a população mais vulnerável e avançar na superexploração da força do trabalho para manutenção da lógica capitalista.

Entretanto, durante esse tempo vivenciado na ACM Restinga e na ACM Cruzeiro pude perceber a nítida diferença que existe de um local para outro, características, perfil, valores, entre outros. Por exemplos no bairro Cruzeiro eram frequentes os conflitos de relações até mesmo entre vizinhos; já na Restinga isso era o que menos tinha, os jovens do grupo de intervenção da Cruzeiro eram introspectivos, introvertidos, eu precisava provocar discussões referente as temáticas propostas; já na Restinga era totalmente ao contrário os jovens tinham uma autonomia mais presente para dar início a esses debates, mesmo que na linguagem deles, mas conseguiam expressar o que pensavam.

Portanto, posso afirmar que as comunidades têm muita diferença e por vezes pensamos que por existir a pobreza, a exclusão social, a subalternidade, todas vão ter as mesmas particularidades, enquanto na verdade mudam e muito. No entanto, essa realidade só mudará quando esses jovens

conseguirem ter VOZ e através disso existir um projeto de lei realmente interessado no desenvolvimento cognitivo e intelectual dessa juventude brasileira. Por isto o Serviço Social é tão importante estar atento as causas e lutas das juventudes fazendo jus ao seu projeto ético-político, afinal: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”. (CFESS, 1993).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso tratou sobre uma relevante temática a *realidade da juventude brasileira*, sobretudo os direitos sociais dos jovens entre 15 a 17 anos em territórios envolvidos pela violência urbana, tendo como foco os avanços e as ameaças que foram conquistadas visando atender as necessidades sociais das juventudes. Lembrando que esta contemplação foi realizada nos bairros Cruzeiro do Sul e Restinga/Porto Alegre, uma vez que o estágio obrigatório em Serviço Social foi desenvolvido numa entidade socioassistencial de Programas e Serviços do campo das políticas de Assistência Social e da Educação.

Primeiramente, foi realizada uma crítica construtiva justificando o motivo de querer aprofundar estudos sobre esta população, ou seja, a juventude, lembrando que esta categoria não é unificada. Vimos que existem diferentes características de juventudes, de acordo com a realidade cronológica. Mesmo que o número de jovens é extremamente considerável no nosso país, as bibliografias escritas ainda são defasadas, as leis infelizmente ainda são poucas, e a visibilidade positiva desta população, ainda que não pareça, é contraproducente.

Logo foi feito um levantamento referente ao número de jovens que vivem no Brasil, hoje, tanto nas grandes cidades quanto no campo. Em seguida, demos início a demanda trazida, ou seja, começamos uma prévia sobre o perfil dos jovens que mais sofrem com as violações urbanas e o acesso aos direitos da juventude. Dado isso, lamentavelmente, de acordo com o Mapa da Violência (2014), existe um perfil dos jovens que vivenciam os homicídios, por exemplo, sendo eles: homens, negro e de periferia. Este recorte foi um grande sinalizador e instigador para dar procedência nesse trabalho.

Não obstante, se fez necessário realizar uma análise da trajetória das juventudes diante dos avanços e retrocessos, levando em consideração a contextualização sócio-histórica e conceitual. Nos primórdios da história das juventudes, para alguns autores ser jovem era somente fazer parte de uma faixa etária, ou seja, era só um número, para outros, além de ser uma faixa

etária era também uma questão de construção social, bem como, esses jovens eram vistos como um objeto de controle social, posicionados na família burguesa ou como um grupo que provoca desordem e vive na ociosidade. Levando em consideração esses aspectos, fizemos um levantamento dos tipos de violência existentes, e também, passamos a fazer o delineamento de quem eram os jovens dos territórios em destaque, melhor dizendo, Cruzeiro do Sul e Restinga/Porto Alegre.

Para além dessas considerações, realizamos uma análise considerando a linha do tempo proporcional as conquistas das Juventudes, bem como, desencadeamos implicações referente ao conceito de território, uma vez que, este tem tamanha relevância para conseguirmos entender algumas questões que estariam presentes no nosso trabalho.

Ademais, o tópico das políticas sociais traz uma aproximação dos direitos constitucionais, dos direitos sociais, um aprofundamento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as leis que viabilizam os jovens e o Estatuto que foi um grande marco na caminhada da Juventude. E depois, por conseguinte, tivemos uma familiarização com a Política de Assistência, os Programas e projetos que proporcionam o acesso dos jovens aos as políticas sociais. Conforme pudemos analisar, a Política da Juventude está em constante desenvolvimento, mesmo que se tenham algumas conquistas consolidadas, esta caminhada ainda é um grande desafio e muito temos que planejar para atendermos as necessidades sociais das juventudes.

No que tange ao acesso dos jovens aos direitos sociais, podemos afirmar que a implantação de programas e projetos vinha em auge, no entanto, mediante ao desmonte de direitos sociais em que o país encontra-se, atualmente, devido aos cortes financeiros, tornou-se uma grande ameaça para as Políticas Sociais, bem como, para esta juventude que estava em crescente ascensão. Entretanto são estas mesmas juventudes que vêm se manifestando por meio de movimentos sociais e tem se destacado nas ruas contestando todas as formas de violação de direitos e colocando em questionamento os rumos deste país.

Tudo isto nos faz pensar sobre a trajetória nesta UFRGS. As aprendizagens vivenciadas que me possibilitam o exercício da profissão de

Assistente Social não se deram somente na sala de aula, mas em diferentes experiências. Fui trabalhadora-estudante, fui estagiária no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, fui estagiária na Associação Cristã de Moços Cruzeiro do Sul Restinga/Poa, fui bolsista no PET Conexões de Saberes, fui bolsista no curso EAD do Centro de Estudos Internacionais sobre Governos – CEGOV/UFGRS, fui membro do Comitê de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual Contra a Criança e Adolescentes – EVESCA, fui monitora da disciplina Gestão e Controle Social. Participei de seminários, cursos, capacitações, entre outros espaços com diferentes temáticas relacionadas com o Serviço Social. Mediante a isto, posso afirmar que tive tempo hábil suficiente para me aproximar da minha futura profissão, e hoje, concretizo que me sinto uma pessoa preparada para realizar as atribuições da profissional Assistente Social, uma vez que é de suma importância que haja este reconhecimento pessoal para que se possa dar continuidade nesta trajetória profissional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo, Ed. Cortez, 2002.

ACM - Associação Cristã de Moços. Disponível em: < <http://www.acm-rs.com.br/portal/>>. Acesso: em 20 jun. 2017.

ADORNO, Sérgio; CÁRDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo (BRASIL), 1980-1989. In: SANTOS, Tavares dos; VICENTE, José. (Orgs.). **Violências em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 66-90.

ANISTIA INTERNACIONAL. Disponível em: <[https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegro vivo/](https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegro-vivo/)>. Acesso em: 16 dez. 2016.

AQUINO, Álvaro de; GULLO, Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social**, São Paulo, p. 105-119, maio 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v10n1/a07v10n1>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ARAUJO, Yashmin Michelle Ribeiro de. Jovens vítimas ou algozes jovens!?: juventude e vulnerabilidade social à violência. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/jovens-vitimas-ou-algozes-jovens-juventude-e-vulnerabilidade-social-a-violencia.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. Diretrizes curriculares da ABEPSS. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 jan. 2017.

_____. **Lei n. 11692**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm>. Acesso em: 16 abr. de 2017.

_____. **Lei n. 12435**. Altera a Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <<http://www>>.

planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **Lei n. 12711**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. **Lei n. 12852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. **Serviço de proteção e atendimento a famílias e indivíduos (PAEFI)**, por Juliana Fernandes. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/JulianaFernandesPereira.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Pesquisa qualitativa de homicídios com base em registros policiais: limites e possibilidades**, por Acácia Maria Maduro Hagen e AidaGriza. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume6/pesquisa_qualitativa_homicidios_com_base_registros_policiais.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem populacional**. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1H0PfsLkO41tmanS6HTQpLKISDV8&ll=-30.075653069975676%2C-51.223276000000055&z=14>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. Secretaria do Governo da Presidência da República. Política Nacional de Juventude, 2016. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/juventude/politica-nacional>>. Acesso em: 10 de nov. de 2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRETAS, Valéria. O perfil das vítimas de assassinato no Brasil. **Exame**, São Paulo, mar. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/o-perfil-de-quem-e-assassinado-no-brasil>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007. 72 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE: LEVANTE SUA BANDEIRA. Caderno de Resoluções, 1, 2008, Brasília. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/imagens-publicacoes/29%20Resolucoes%20e%20Balanco.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CONSCIÊNCIA POLÍTICA: site dedicado à informação e estudos políticos. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%Aancia-politica/politicas/publicas/juventude/file>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇOS SOCIAL. **Código de ética do assistente social**: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília: rev. e atual., 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Rio de Janeiro, 1999.

COUTO, B. R. C. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; HILLESHEIM, Betina. Vulnerabilidade social. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

ESTEVAM, Érika Fabiana Bruçnola; MAGRI, Grazielle Pereira. **Assistente Social**: um garantidor de direitos?, 2005. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, Presidente Prudente, 2005. Disponível em: <<http://inter temas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewFile/418/412>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

G1.COM. Homicídio é principal causa de mortes de jovens de 16 e 17 no país. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/homicidio-e-principal-caoa-de-mortes-de-jovens-de-16-e-17-no-pais.html>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. 2. ed. Rio de Janeiro: ArtLine, 2000. 308 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1998.

_____; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempos de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

ÍNDICE GERAL DE LEIS E NORMAS. Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <<http://www.edsonseda.com.br/loas.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Pobreza. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico:** política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

KNEVITZ, Agnaldo Engel. Trabalhadores da Assistência Social. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico:** política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

LINDA OSTJEN COUTO - VIDA LEGAL PORQUE A VIDA É MUITO MAIS INTERESSANTE QUE FICÇÃO. **Agressão, violência e outras covardias.** Disponível em: <<https://ostjen.com/2016/09/28/agressao-violencia-e-outras-covardias/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MANDEL, Ernesto. **Iniciação e teoria econômica marxista.** Lisboa, Afrontamento, 1971.

MAPA DA VIOLÊNCIA 2014 – OS JOVENS DO BRASIL. Julio Jacobo Waiselfisz. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf> Acesso em: 13 dez. 2016.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública, **Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 7-18, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10supl1a02.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva. Matricialidade Sociofamiliar. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico:** política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 200. p. 200 – 256.

MONTENEGRO, Cristiano Vieira; MELO, Mércia Cristina G. Capitalismo e questão social. **Caderno de Graduação**: Ciências Humanas e Sociais, Maceió, v. 2, p. 13-24, nov. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/1820-6039-1-PB (3).pdf>. Acesso em: 13 maio de 2017.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da 'questão social'. **Temporalis**: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun. 2001, p. 41-49.

OBSERVA POA - OBSERVATÓRIO DA CIDADE DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre em análise – Sistema de gestão e análise de indicadores – Prefeitura de Porto Alegre. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=9_0_0>. Acesso em: 08 dez. 2016.

_____. Porto Alegre em mapas. Disponível em: <http://www.observapoa.com.br/default.php?p_secao=46>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PASTOR, Márcia; BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes. Intersetorialidade. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

PELEGRINO, Ana Paula. Porque matamos tantos jovens negros no Brasil. **Carta Capital**, jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-que-matamos-tantos-jovens-negros-no-brasil-2387.html>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

PELLEGRINI, Marcelo. Violência: Brasil mata 82 jovens por dia. **Carta Capital**, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

PEREIRA, Potyara A. Perspectivas teóricas sobre a questão social no Serviço Social, **Revista Temporalis**, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, ano IV, jan.-jun. 2003.

_____. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Serviço Social e Sociedade**, Campinas, v. 9, p. 1-21, dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Sabrina/Downloads/1-Pereira (1).pdf>. Acesso em: 23 de abril 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. Conceito de violência. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/24924/conceito-de-violencia>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

REIS, Patrícia Lane Araújo. Rede Socioassistencial. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Vínculo familiar e comunitário. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Juventudes. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico**: política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

SERVIÇO SOCIAL BRASIL: paixão pelo social. PNAS - Política Nacional de Assistência Social. Disponível em: <<http://amoservicosocial.blogspot.com.br/2013/03/pnas-politica-nacional-de-assistencia.html>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Nacional de Juventude. Conselho Nacional de Juventude. 2. CONFERÊNCIA NACIONAL DA JUVENTUDE: manual orientador: conferências livres. Brasília, jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Juventude_II/manual_livres_2_conferencia_juventude.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2017.

SECRETI, Tatiani. **Distribuição dos homicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007**: contexto sócio-espacial e fatores determinantes. 2009. 82 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina, UFRGS, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/17898/000y725879.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Algumas considerações sobre a questão dos meninos e meninas de rua, **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, v. 14, n. 43, p. 125-135, 1993.

_____. Alguns apontamentos sobre a intervenção profissional do assistente social na área da violência urbana. **Revista Virtual Textos & Contextos**, São Paulo, v. 2, p. 1-15, 2003. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/969/5271>>. Acesso em: 14 maio 2017.

SILVA, Marta Borba. Usuários. Porto Alegre: UFRGS, 2016. In: FERNANDES, Rosa M. Castilhos; HELLMANN, Aline. **Dicionário crítico: política de Assistência Social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 320 p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1998.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência**. Brasília: Secretaria Nacional da Juventude, 2014. 100 p. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/mapa2014_homicidios_juventude.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.